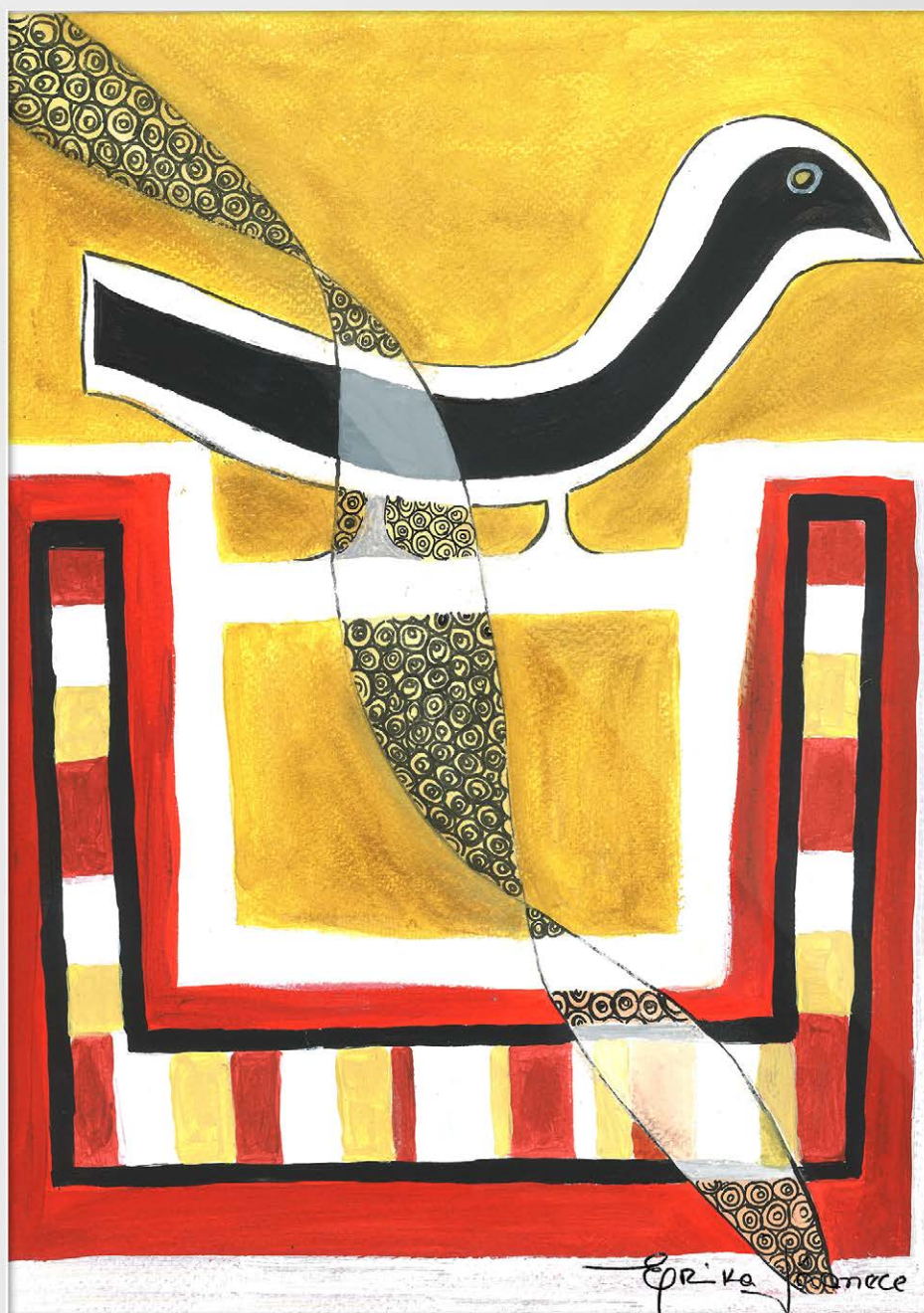


DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Descubra o nosso plano de atividades 2021
<http://bit.ly/PA-AILD>

p/ 06 e 07.

Uma associação em ação permanente
Viva a diferença

p/ 12.

Grande Entrevista
João Ribeiro de Almeida. Presidente do Camões I.P.

p/ 26.

A necessidade aguça o engenho:
Conheça as alterações ao Visto D1 , por Gilda Pereira

N E S T A E D I Ç ã O

p/ 30.

Artes e Artistas Lusos. Por Terry Costa
Kara Miranda Lawrence

p/ 44.

A Hipnose Terapêutica
Por Pedro Bandos, Psicólogo/Hipnoterapeuta

p/ 66.

Internacionalização
Por Philippe Fernandes

Obra de capa

Título: O pássaro Kalunga

Dimensões: 35 x 27

Técnica: Acrílico caneta s/papel

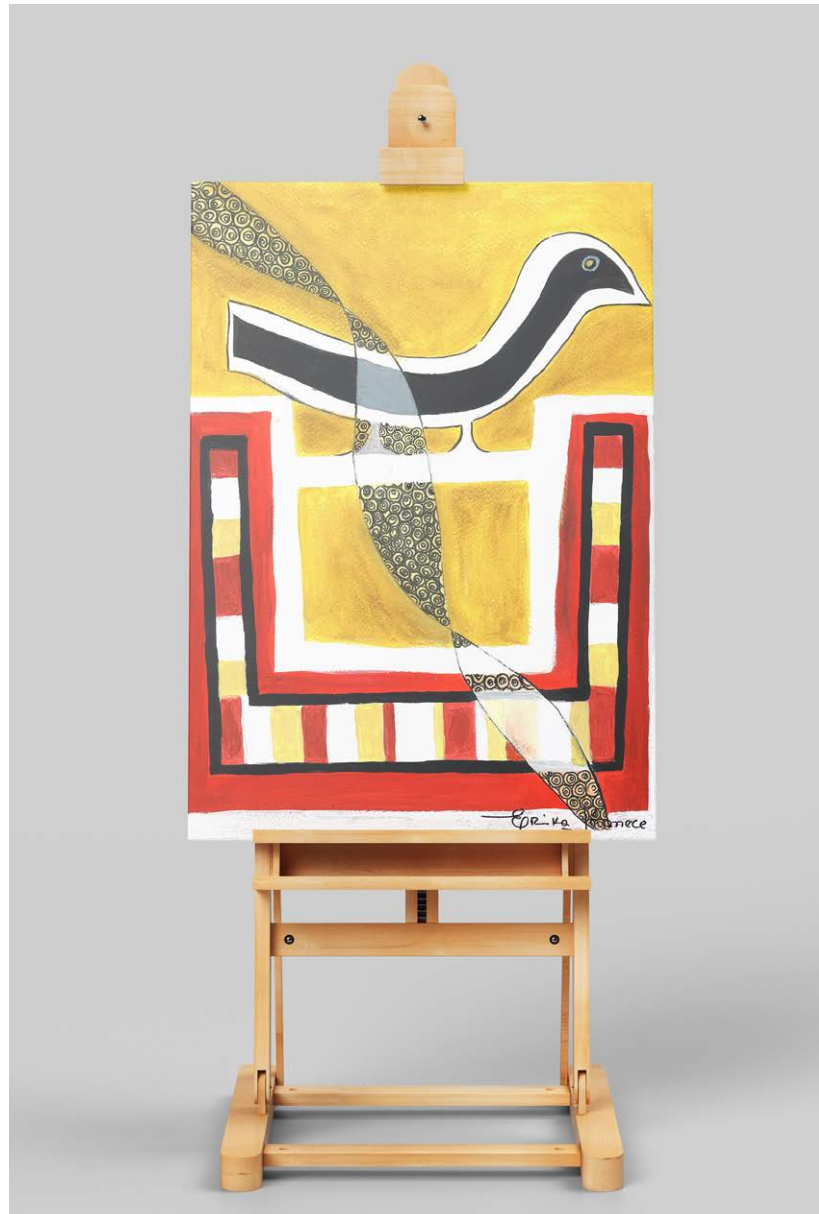
Descrição da obra:

Os povos do leste de Angola mais conhecidos por povos Cokwe. Nas suas crenças religiosas, práticas rituais e dos objetos de culto que nelas intervêm, só são possíveis com a visão que uma determinada sociedade tem do mundo que a rodeia. Significa dizer que no quotidiano das populações, a vida só tem sentido no conjunto de crenças e de conhecimentos que são um saber composto que abrange o universo natural e humano.

Pintura inspirada nas máscaras de um Mukixi Wa Citelela, que é uma máscara de ritual responsável pela recolha da alimentação das Tundangi (iniciados) durante o período de reclusão na Mukanda. O pássaro Kalunga transmite ensinamentos e memórias aos mais novos, dialogando com tons e cores, passando sobre ele uma fita que simboliza a vida.

Erika Jâmece

obrasdecapa@descendencias.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Alfredo Stoffel, Branca Célia Dias, Cristina Passas, Fátima Oliveira, Flávio Alves Martins, João Costa, Gilda Pereira, Hugo Gonçalves Silva, José Governo, José Martinho, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Maria Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Pedro Guerreiro, Philippe Fernandes, Rogério M. Fernandes Ferreira, Sonia Coelho, Tiago Sabarigo, Tiago Robalo, Vítor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: <https://descendencias.pt> T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo

conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 06 junho 2021, GRATUITA

Editorial

Caros Leitores

Este mês de junho, como em todos os junhos desde 1880, celebra-se no dia 10 o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Desde muito nova senti sempre orgulho no meu país e em ser portuguesa. Claro está que nunca fui acrítica aos aspetos que Portugal tem para melhorar, nomeadamente as inclinações para encarar a vida como se canta no fado. Mas a verdade é que acredito ser muito mais frutífero olharmos para o nosso país como Luís Vaz de Camões o descreveu n'Os Lusíadas. Nesta magnífica obra, que integra a tradição dos grandes livros há séculos, o nosso poeta descreve dois tipos de portugueses: o velho do Restelo e o português marinheiro. No fundo Camões dá forma humana à dualidade da alma lusitana, onde o espírito aventureiro e o pessimismo receoso se guerreiam permanentemente. Dualidade essa que se mantém atual!

Contudo, acredito piamente que esta ideia jaz em cada um dos portugueses; existe a determinação e a temeridade de enfrentar o desconhecido, desbravando caminhos nunca antes explorados, que servem tanto para nós como para o mundo. E por este motivo acredito ser tão importante celebrarmos o 10 de junho, estando aqui ou além-fronteiras, pois não há mais nenhuma data do calendário que apele tanto à importância que tem sermos portugueses, nem à memória que nos motive para sermos a nossa melhor versão.

Por conseguinte, gostaria de aproveitar a ocasião para deixar a seguinte mensagem: passaram-se mais de 500 anos desde a época dos Descobrimentos e os livros de História não nos deixam esquecer todas as adversidades, desafios e obstáculos que tivemos de superar desde os tempos do Tratado de Tordesilhas. E passado mais de meio milénio, estamos finalmente a ver as janelas de oportunidade que estão a surgir, com todos os contornos e por menores que definem os tempos modernos, para que Portugal possa voltar a ser uma referência de país propício para a estabilidade, crescimento e segurança. E os portugueses marinheiros que nos representam no estrangeiro serem símbolos de resiliência, zelo profissional, integridade de carácter e espírito empreendedor.

Dito isto, gostaria de convidar todos a aproveitar a leitura desta edição sob esta lente da esperança que, acredito, poderá elevar-nos a níveis já há muito não visitados.

Deixo por último uma nota de agradecimento a todos aqueles que visitaram e vão ainda visitar a exposição "Obras Capa", pelo artista santomense, Ismael Sequeira, que tão bem ilustrou as capas da revista em 2020.

Como é do conhecimento geral a revista pretende divulgar a língua e cultura portuguesa em todos os países lusófonos, daí a importância desta exposição pela divulgação dos artistas plásticos.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| A I L D

Uma associação em ação permanente

Começa a ser difícil identificar algum mês que possa merecer maior destaque, pois, cada mês que vai passando tem sido especial para a AILD, e maio não foi exceção. Além do arranque, no dia 6 de maio, do primeiro curso de formação modular – Instituições de Apoio Familiar e à Comunidade, a decorrer em Monção, muito mais aconteceu. No dia 25 de maio, a AILD foi convidada pela Kuriakos TV, para uma grande entrevista em estúdio, para abordar o tema “Portugal no Mundo”, para análise dos últimos acontecimentos no nosso país. Gilda Pereira Diretora para os PALOP, foi quem esteve em estúdio em representação da AILD, que durante 50 minutos teve oportunidade de falar da AILD, dos seus propósitos e projetos, das suas iniciativas e da sua ação em Portugal e no mundo, junto das nossas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Esta entrevista, que obriga sempre a uma reflexão mais profunda, permitiu trazer ao de cima o quanto a AILD tem sido capaz de realizar em tão pouco tempo da sua existência, evidenciando um contributo importante a favor dos lusodescendentes, das comunidades portuguesas e de Portugal, pois, temos conseguido criar pontes, estabelecer parcerias, criar dinâmicas, desenvolver projetos comuns, envolvendo diretamente as nossas comunidades. Gilda Pereira conseguiu ainda deixar bem espelhada a nossa ação junto das empresas, promovendo a sua internacionalização, mas também, criando proximidade com os empresários portugueses de cá e de lá. O dia 26 de maio, foi também de enorme importância e emoção para a AILD, pois, foi marcado pela abertura oficial da 2ª edição da exposição de pintura denominada “Obras de Capa”, que teve lugar na Sala de

Exposições do Camões, I.P., e que estará patente ao público até dia 11 de junho. Este momento contou com a presença do Embaixador João Ribeiro de Almeida, presidente do Camões, do Embaixador de S. Tomé em Portugal, Dr. António Quintas e do autor e artista destas Obras de Capa, Ismaël Sequeira.

A exposição “Obras de Capa” é uma viagem de 12 meses nas capas da Descendências Magazine que se prolonga com uma exposição itinerante pelas Comunidades Portuguesas.

Além do agradecimento ao Camões, I.P., que mais uma vez se associa, enquanto parceiro, a AILD, deixa também um agradecimento especial à Adega Cooperativa de Sabrosa e ao produtor Costa Boal, que permitiram associar esta ação de promoção da arte plástica à “arte vínica”, por via de um Porto de Honra servido durante o evento, muito apreciado pelos presentes.

Um dos principais objetivos da AILD – Associação Internacional dos Lusodescendentes é ser um elemento agregador da Comunidade Portuguesa em sentido lato, pois pretende unir todos os portugueses, independentemente do local onde estejam.

Difícilmente outra instituição criada em Portugal estará em condições para o fazer. Além da AILD ser a associação mais antiga criada em Portugal por lusodescendentes, ela reúne pessoas que nasceram em vários países, com experiência e vivências internacionais, de vários quadrantes políticos, origens, religiões e de diversas opções de vida pessoal.

Assim, a AILD reúne as melhores condições para que, de forma empática, possa interagir com

qualquer português espalhado pelo mundo e/ou com qualquer outra pessoa de outro povo.

Não há dúvida que a AILD é uma associação de ação e interação que não se reduz a observar a comunidade portuguesa resumindo a sua atuação na elaboração de estudos, muito pelo contrário, pretende desenvolver toda uma diversidade de ações que atingem todas as dimensões humanas.

A AILD é sobretudo um espaço de liberdade onde cabem todos. Não fazemos testes de sangue à procura de lusodescendentes puros, antes pelo contrário, damos as boas-vindas a todos os lusodescendentes, independentemente da percentagem de sangue luso, também damos boas-vindas a todos os povos irmãos que partilham a mesma língua e cultura e também damos boas-vindas a

A I L D

Viva a diferença

estrangeiros enamorados pela língua e cultura portuguesa.

A AILD é, pois, um espaço de liberdade, onde não se pretende formatar ninguém, em que cada um pode manifestar as suas convicções pessoais sem receio de ser perseguido ou silenciado. Normalmente, os membros da AILD são pessoas de forte personalidade, pessoas militantes que procuram concretizar o seus ideais.

A AILD também é espaço de respeito pelas ideias dos outros, onde o respeito impera e onde é possível que convivam pessoas que seriam antagónicas noutras situações. Nisto reside uma outra beleza da AILD e a sua vitalidade.

Os nossos membros compreendem que para defender esta diversidade, a associação não tem

qualquer posição política, religiosa, etc. Um membro quando atua em representação da AILD, não pode manifestar a sua posição política, religiosa ou outra, embora no plano pessoal, todos os membros tenham a liberdade para o fazer, não havendo limitações para manifestarem as suas convicções na sociedade civil e muito menos no convívio com outros membros da AILD.

Não esqueçamos que um dos principais objetivos da AILD é agregar quem está distante geograficamente, mas também quem está distante em termos políticos, opções sexuais, religiosas e qualquer outra opção pessoal. Sinal do que estamos no caminho certo, é encontrarmos a mesma riqueza e diversidade de pessoas que se encontra na comunidade portuguesa.



Philippe Fernandes
Presidente da AILD

A I L D

Vanessa Rodrigues Lima

Idade: 33 anos

País de nascimento:

Rio de Janeiro, Brasil

País/Cidade de residência:

Lisboa, Portugal

Origens lusófonas:

Neta de portugueses
emigrantes no Brasil



Neta de portugueses, emigrados para o Rio de Janeiro. Por vicissitudes da vida, aos seis anos a sua família materna retornou a Portugal. Deixou no Brasil o seu pai e a restante parte da família paterna. Entre os 6 e 17 anos viveu em Monção. Completou a licenciatura em Coimbra e o mestrado em Lisboa. Tendo vivenciado em primeira mão o que é ser um imigrante desde muito jovem, logo que se deparou com o mercado de trabalho, a paixão pelo Direito da Imigração foi imediata. Desde 2013 é advogada, em Lisboa, focada na vertente da imigração e do investimento estrangeiro.



O que faz profissionalmente?

Sou Advogada em Portugal, focada na vertente da imigração e investimento estrangeiro em Portugal, nomeadamente na área de clientes privados, na transferência de residência para Portugal, desenvolvimento, execução e acompanhamento de investimentos, obtenção da nacionalidade Portuguesa e assuntos conexos. Sou também Vice-Presidente da PAIIR – Portuguese Association of Immigration, Investment and Relocation.

Pode descrever resumidamente o seu percurso profissional?

Sou Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, mestre em Direito Empresarial e pós-graduada em Direito Imobiliário tendo participado em várias formações no âmbito do Direito à nacionalidade. Contabilizo já quase 10 anos de experiência na assessoria jurídica a clientes privados e empresas nacionais

e estrangeiras em diversos processos de investimento e transferência de residência para Portugal. Ao longo da minha carreira tive o privilégio de trabalhar em três dos melhores escritórios de Advogados em Portugal na área de Imigração e Investimento o que me possibilitou agregar uma elevada experiência e assessorar os mais variados casos, o que, inquestionavelmente, fez de mim a advogada que sou hoje.

O que a distingue profissionalmente?

Sobretudo na minha área de atuação, o que os clientes mais valorizam é a capacidade de resposta, rigor no aconselhamento e proximidade, no sentido de estar acessível e disponível para ajudar a solucionar os seus problemas. Nenhum assunto é pequeno demais para não merecer a minha atenção e interesse. Desta forma o cliente sente-se acolhido e a relação de confiança e empatia entre Advogado-Cliente é construída de uma forma bastante mais sólida e duradoura.



Desafios e projetos para 2021?

Recentemente, em Maio de 2021, fundei a VRL Legal e, desta forma, tornei-me Advogada & Empreendedora cuja principal missão é prestar assistência jurídica altamente personalizada, feita à medida das necessidades dos Clientes procurando sempre corresponder às expectativas, pensando fora da caixa, mas também apresentando-me como uma solucionadora de problemas. Dito isto, o grande desafio deste ano é desenvolver este projeto que, apesar de jovem, já está a dar bons frutos e tenho recebido um excelente feedback de todos, mas principalmente dos clientes, o que me deixa mesmo muito feliz e realizada! Bem sei que tenho ainda muito a percorrer, mas o caminho começa caminhando! Aproveito para convidar os nossos leitores a visitar o site – www.vrl-legal.com

Considera importante a existência de políticas e ações para uma maior aproximação de Portugal às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo?

Sem dúvida. Aliás as entidades competentes portuguesas deviam estar mais atentas às necessidades da comunidade de lusodescendentes, adotando medidas e estratégias diversificadas que potencializem a proximidade entre as comunidades. O que poderia ser feito nesse sentido? Sem pensar muito, apostar fortemente na melhoria do nosso sistema consular que não corresponde às expectativas das comunidades.

O que mais gosta em Portugal?

Portugal tem fortes argumentos, mas diria que o que mais gosto e valorizo é o clima e a segurança. Mas não posso deixar de referir a gastronomia!

O que menos gosta?

Sem dúvida a burocracia e inércia dos serviços públicos.

Porque se tornou associada da AILD?

Com a criação da VRL Legal sinto cada vez mais a necessidade de participar, de uma forma mais ativa, na vida associativa dos lusodescendentes e aprofundar essa ligação.

Quais os projetos que pretende desenvolver na AILD?

Pretendo participar de forma ativa nas iniciativas desenvolvidas e a desenvolver pela associação de forma a contribuir, na medida do possível, para a proximidade das comunidades lusodescendentes.

Inevitável no momento que estamos a atravessar perguntar-lhe como está a “sobreviver” a esta pandemia? Que impacto está a ter na sua vida?

Com a reabertura das escolas, posso dizer que o “pior” já passou. Foi muito complicado conciliar a vida profissional e pessoal quando temos de cuidar de um bebé. Esse foi o grande desafio que considero ter ultrapassado com sucesso contando com o apoio da minha família! A nível profissional, não houve muito impacto, pelo contrário: com tantas restrições de circulação e alteração constantes da legislação, houve uma forte procura de aconselhamento jurídico da área da imigração.

Uma mensagem para as comunidades portuguesas e/ou lusodescendentes?

Espero, sinceramente que estejam todos bem. Desejo a todos ânimo e força para ultrapassar esta fase que, com certeza, passará! Fiquem em segurança e não corram riscos.

QUINTADARIBEIRINHA.PT



DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE



GRANDE ENTREVISTA

PRESIDENTE DO CAMÕES, I.P.

JOÃO RIBEIRO DE ALMEIDA

João Manuel Mendes Ribeiro de Almeida nasceu em 1 de dezembro de 1962, em Lisboa. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Adido de embaixada, na Secretaria de Estado. Adjunto no Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas do XII Governo Constitucional. Secretário de Embaixada. Observador da União Europeia no processo eleitoral na República da África do Sul. Na Embaixada em Atenas e na Embaixada em Zagreb. Assessor diplomático junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste. Cônsul -Geral em Benguela. Adjunto diplomático no Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do XVI Governo Constitucional. Na organização da Ministerial Ibero -Americana de Guimarães. Adjunto diplomático no Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros do XVII Governo Constitucional, e como chefe do mesmo Gabinete em 2006. Promovido a ministro plenipotenciário de 1.^a classe, em 2015. Embaixador em Buenos Aires (2017), acreditado, simultaneamente, como Embaixador não-residente na República do Paraguai.



Fotografia © DotCom

Muito agradecidos por nos conceder a honra desta entrevista.

O gosto é meu e obrigado pelo vosso reiterado interesse no trabalho que levamos a cabo no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

A nomeação do Senhor Embaixador a 1 de novembro de 2020 para presidir ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., foi uma surpresa, foi algo que ambicionava ou é apenas mais um desafio na sua extensa carreira?

A minha nomeação para gerir esta instituição, que tem entre as suas atribuições importantes tarefas, determinantes para a prossecução de algumas prioridades da política externa portuguesa, foi por mim sobretudo tida como um desafio.

Trata-se de um organismo que aprendi a conhecer e a respeitar de forma especial enquanto funcionário diplomático a exercer funções no quadro externo; sabia bem da crucial importância do Camões, I.P. na dinâmica da cooperação para o desenvolvimento, na promoção e divulgação da língua e cultura portuguesas e no ensino do nosso idioma. Interpretei, pois, a minha chegada aqui como um enorme desafio, mas também uma honra que abracei com entusiasmo. Já tive oportunidade de constatar a enorme qualidade dos seus funcionários, às vezes em contextos de particular, árduo e contínuo labor e atividade, o que, como podem entender, me deixa especialmente satisfeito e motivado.

Qual foi a primeira tarefa importante que realizou enquanto presidente do Camões I.P.?





Fotografia © DotCom

Lembro-me logo no dia 4 de novembro o especial regozijo que senti pela divulgação dos resultados da primeira Linha de Apoio à Tradução e Edição (LATE) que resultara, naquele ano e pela primeira vez, da fusão do programa de apoio à tradução da DGLAB/Ministério da Cultura e do programa de apoio à edição do nosso Camões, I.P. Foi uma aposta conjunta ganha e vejamos os números para que se entenda a dimensão do conseguido: apoio a 152 projetos editoriais de editoras de 44 países (um crescimento de 40% face ao anterior mecanismo), pela primeira vez com a presença de países como a África do Sul, Estónia, Irão, Moldávia ou Paraguai. Todos tiveram projetos selecionados, o que espelha bem o interesse crescente que a literatura e os autores em língua portuguesa despertam junto de novos públicos e em países onde até agora a literatura em português não penetrava tanto. Já estamos afincadamente a trabalhar com a DGLAB na segunda edição da LATE.

Outra vertente que nos ocupou logo bastante, naquela altura, foi concluir o Programa Estratégico de Cooperação (PEC) com a Guiné-Bissau para os próximos cinco anos, elaborado de acordo com as prioridades e objetivos de desenvolvimento daquele nosso parceiro, sócio próximo e irmão no universo da língua portuguesa, reconhecendo-se o valor acrescentado da Cooperação Portuguesa nas áreas da educação e cultura; justiça; segurança e defesa; saúde, assuntos sociais e trabalho; agricultura, pescas, energia e ambiente; infraestruturas, economia e finanças. O documento foi assinado pelos chefes da diplomacia dos dois países na primeira metade de janeiro do corrente ano.

“Assisti em Timor à grande pressão de potências para que a língua oficial não fosse o português”. De que forma pretende promover a língua portuguesa contra os poderes instalados, que impedem muitas vezes que a nossa língua tenha outra presença e dimensão?

O caso de Timor-Leste foi um exemplo muito particular que gosto de invocar, porquanto assisti efetivamente a movimentações nesse sentido. Mas foi de uma especificidade em toda a linha, irrepetível, pois a utilização, promoção e apropriação da língua portuguesa pelos resistentes timorenses (mais tarde dirigentes do país), fez parte desde sempre da sua identidade nacional enquanto valor inegociável e daí depois a sua consagração como língua oficial do país e o grande investimento feito na mesma (ao início com grandes dificuldades e obstáculos, dado que se tinham perdido pelo menos duas gerações, naquele país, para o português, pelas conhecidas vicissitudes históricas).

Prefiro, pois, falar em promoção da língua portuguesa enquanto política pública bem delineada, discreta, mas focada e eficaz, não concebida contra ninguém. Bem pelo contrário, a nossa estratégia é elaborada para aproximar povos e comunidades, sem esquecer nunca a interação fundamental com as comunidades portuguesas e lusodescendentes na Europa, América e África, proporcionando o acesso à língua e à cultura portuguesas por parte de vastos grupos de crianças e jovens e dinamizando, desse modo, comunidades escolares organizadas em torno desses elementos. Tudo isto é assegurado pela nossa rede EPE (Ensino de Português no Estrangeiro),



Fotografia © DotCom

com as respetivas Coordenações e um grupo excecional de docentes, umas vezes colocados pelo Estado Português (em 14 países), outras vezes conferindo àquela Rede um apoio a escolas onde a língua portuguesa é já ministrada e aos respetivos docentes (estes pertencentes aos quadros do Estado local – são 4 países nesta modalidade – a chamada Rede apoiada). Mas não podemos esquecer também a crescente integração do português nos currícula de vários países no que constitui um avanço muito significativo na valorização local e internacional tanto do português como dos seus falantes; a nossa língua passou igualmente a estar mais diretamente à disposição, neste contexto curricular, a um número crescente de (outras) crianças e jovens nacionais desses países. É sobremaneira estimulante para todos nós. E não podemos, por fim, esquecer, essa incontornável e eficiente rede de 51 leitores e 53 Cátedras em universidades estrangeiras, mas também os cerca de 300 docentes cuja contratação por instituições de ensino superior reputadas, de renome, em inúmeros países (76), conta com o apoio do Camões, I.P. participando assim da crescente oferta graduada em estudos com a componente língua/cultura portuguesa disponível hoje um pouco por todo o mundo. É obra, mas tem de ser continuada para que a presença e utilização da língua portuguesa, como um dos principais idiomas a nível global, que já o é, se multiplique. Esta não é, obviamente, uma função apenas nossa

aqui do Camões, I.P., é de todo o universo da CPLP e de outros atores, mas o Camões, I.P. está e estará sempre na linha da frente na sequência desse objetivo.

O Camões, I.P. é um instituto público, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, o que lhe permite alguma liberdade de ação. Quais os grandes desafios que abraçou quando assumiu funções? Que prioridades definiu?

As prioridades são aquelas que constam do programa do Governo para a área de Negócios Estrangeiros e que são da nossa competência nós aqui executarmos e implementarmos, nas três vertentes que estão a nosso cargo; mas voltando ao que referi na pergunta anterior, os desafios passam em muito pela consolidação dos conhecidos objetivos à medida das respetivas possibilidades financeiras para a sua continuação. Temos um atual Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros particularmente atento ao que realizamos aqui, e sempre refletindo de forma substancial e compreensiva sobre as melhores vias de otimizarmos os nossos recursos que são claramente limitados para as nossas ambições, como aliás acontece em outras áreas de governação e na atividade em geral em Portugal. Este exercício é sobremaneira com-



Fotografia © DotCom

plexo, mas é estimulante ver que temos, da parte da tutela, compreensão pela nossa atuação, por aquilo que significa para a política externa portuguesa um Camões, I.P. estabilizado e com recursos para atuar nas diversas frentes em que está envolvido.

Quais foram as maiores dificuldades e constrangimentos desde que tomou posse?

Ter assumido estas funções no meio de uma pandemia sem precedentes e de uma emergência sanitária decorrente da Covid-19 que nos tem limitado (mas não paralisado) em algumas das nossas tarefas, seja na área da cooperação para o desenvolvimento, seja no vasto mundo do ensino e promoção da língua e da cultura. Sendo a nossa atividade dirigida para o plano externo, estamos sempre muito dependentes das conjunturas vividas nesses países, das deficiências de mobilidade e de circulação e das limitações nas dinâmicas presenciais. Dessa forma, tivemos pois que privilegiar, e inclusivamente, apostar em conteúdos digitais e interações virtuais em muita da nossa atividade.

Como avalia a herança deixada pelo anterior presidente Luís Faro Ramos?

Muito boa. Excelente mesmo. O meu antecessor com a sua conhecida proatividade, com um impressionante especial espírito de serviço público, uma dedicação e um profissionalismo que não me canso de recordar, deixou uma marca indelével no Camões, I.P. da qual eu beneficiei muitíssimo quando aqui cheguei. Desejo-lhe tudo de bom agora em Brasília, como nosso Embaixador, uma nova elevada responsabilidade que sei que levará da forma competente a que nos habituou.

Que relações o Camões, I.P. mantém com o movimento associativo, enquanto espaços de promoção de cultura e da língua portuguesa? De que forma materializa essa relação?

Relações privilegiadas e estreitas, como não poderiam deixar de ser, tendo em conta o que são as nossas atribuições. O movimento associativo é muito variado, multifacetado e tem vindo a diversificar-se em múltiplas atividades, até de natureza política, que leva a cabo nos países onde está inserido. São cada vez mais as redes de profissionais, estu-



Fotografia © DotCom

dantes e académicos diplomados no Reino Unido, nos Estados Unidos, em França e na Alemanha (a título meramente exemplificativo). Além do mais, muitas das associações são já nossas parceiras em projetos de promoção e divulgação da língua portuguesa e até de ensino. Outra inovação que sentimos quotidianamente é que muitas dessas associações já se constituem como lobbies e outras associações cívicas, que já têm como missão não apenas preservar as tradições, não apenas serem um instrumento incontornável de transmissão e fomento das nossas culturas ou das de origem das suas terras, não apenas celebrarem ou continuarem as vinculações, por exemplo, aos clubes de futebol e outros grupos afins, mas também a missão mais específica de aumentarem a influência social e a representação institucional da política e da comunidade. Este caso é mais evidente nos Estados Unidos, porém já se sente, igualmente, noutras paragens.

Com a Covid-19 uma grande parte dos eventos promovidos pelo Camões I.P. e que estavam previstos para 2020 não se puderam realizar. Foram recalendarizados para este ano, ou continuam sem agenda uma vez que alguns dos países

ainda continuam com restrições à circulação e alguns casos ainda em confinamento total?

Como atrás já aludi, naturalmente que o ano de 2020 foi seriamente afetado pela crise pandémica e vimos muitos eventos cancelados ou adiados, organizados quer pelo Camões, I.P. em Portugal, quer pelas nossas missões diplomáticas no estrangeiro, nos centros culturais e nos centros de língua portuguesa espalhados pelo mundo. Isso não significou um desinvestimento na promoção linguística ou cultural, que procurámos difundir por outros meios (com especial destaque para os conteúdos digitais, como não poderia deixar de ser). Veja-se o exemplo da celebração, no ano passado, da primeira edição do Dia Mundial da Língua Portuguesa, tal como reconhecido pelo sistema das Nações Unidas, através da UNESCO, e que consistiu numa série de iniciativas televisivas e radiofónicas a celebrar este feito inédito, com grande repercussão mediática. O mesmo aconteceu recentemente, no passado dia 5 de maio com a segunda edição daquele mesmo Dia Mundial. Muitas outras iniciativas foram sendo sucessivamente adaptadas, ajustadas às conjunturas no terreno e às diversas geografias (que teimavam em ter realida-



Fotografia © DotCom

des diferentes, caso a caso), feitas principalmente de forma online, incluindo ciclos de cinema, concertos, e semelhantes, basta consultar a agenda do site oficial do Camões I.P. para termos uma ideia do que foi sendo feito desde o início da pandemia.

Em 2021, o cenário alterou-se positivamente, tendo sido possível retomar alguns eventos em países onde as medidas de confinamento não foram tão acentuadas como nos países europeus, ainda que se tenha mantido uma modalidade mais assente nos eventos virtuais ou híbridos, ou que de certa forma permitiu que abrangesse um público mais vasto. Dou, novamente, como exemplo, os eventos organizados por todo o mundo relacionados com o Dia Mundial da Língua Portuguesa e, sobretudo, os atos culturais celebrados sob a égide da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que decorre, como todos sabemos, durante o primeiro semestre do corrente ano.

No atual contexto pandémico, o ensino do português (EPE) foi afetado? Que países beneficiam atualmente desta rede do EPE?

Tal como referi anteriormente, como todas as vertentes das nossas vidas, e em especial o ensino à distância e o teletrabalho, o ensino do português na rede EPE foi também naturalmente afetado, em todos os 18 países onde essa rede está presente (rede oficial: Alemanha, Andorra, Espanha, França, Reino Unido e Ilhas de Jersey, França, Luxemburgo, Bélgica, Países Baixos, Suíça, África do Sul, Namíbia e Zimbábue; e rede apoiada: Austrália, Canadá, EUA e Venezuela). Felizmente, a capacidade de resposta e a adaptação do Camões I.P. à(s) nova(s) realidade(s) foi rápida e eficiente, tendo-se adotado como principal medida a passagem para ensino online ou modalidades híbridas, com uma grande mobilização e capacidade de resposta por parte dos docentes EPE, muitas vezes com uma enorme originalidade, como tive oportunidade de testemunhar casuisticamente. Como dizia, o Camões, I.P. disponibilizou, desde a primeira hora, ofertas formativas e meios complementares para apoiar a rede docente e discente, e as Coordenações de Ensino elaboraram de forma inclusiva planos de contingência, prevendo a atuação na ocorrência de casos de Covid-19 em cada um dos contextos específicos, alinhados com procedimentos comuns e, principalmente, com as orientações das



Fotografia © DotCom

autoridades de saúde e educação locais, com as quais a rede interage. Devo dizer que fiquei positivamente surpreendido quando cheguei em novembro passado e verifiquei a capacidade de adaptação tanto a nível central, como dos nossos professores e alunos, procurando, com sucesso, que não se registasse um desinteresse ou desinvestimento na aprendizagem da língua portuguesa.

Em 2010, existiam 60.000 alunos inscritos no EPE e 600 professores. Hoje temos apenas 40.000 os alunos e cerca de 320 docentes. Como analisa esta tendência e o que se propõe a fazer enquanto maior responsável pelo EPE para inverter estes números.

Os números que refere deixam de lado evoluções muito significativas que ocorreram: por um lado, em alguns países, como em Espanha, a responsabilidade do ensino transitou para as autoridades locais; por outro, introduzimos a possibilidade de inscrição online, o que resultou num maior rigor na gestão da rede. E não só: no período referido temos de ter presentes outros fatores, houve um grande ajustamento da oferta e procura e, mais recentemente, registámos flutua-

ções nos fluxos migratórios para e entre diferentes países e, por sua vez, a alterações da composição demográfica desta população, o que tem naturalmente impacto nos números que referiu relativos à rede EPE.

Dito isto, o Camões, I.P. está atento a este cenário complexo e tem procurado, de forma dinâmica e consistente, ajustar a sua rede EPE para corresponder às necessidades identificadas, assinalando-se um crescimento constante da rede. Refira-se que, este ano, mesmo nas condições adversas da pandemia por que atravessamos, reforçámos a rede com mais 3 professores: dois em França, onde se regista uma procura menos satisfeita, e um no Reino Unido, para apoio ao projeto de implementação da escola bilingue de Londres, uma realidade desde setembro passado e que muito nos apraz igualmente registar.

Foi recentemente discutida a petição “Português para todos! Pelo direito das nossas crianças e jovens a um Ensino de Português no Estrangeiro”, em que, entre muitas sugestões, defende o ensino do português como língua materna e não estrangeira e também o fim das propinas. Subscreve estas duas sugestões?

Os documentos de referência, nomeadamente o QuarEPE, foram desenhados, ainda sob tutela do Ministério da Educação, para atender à realidade linguística observada em contexto desta segunda vertente do EPE, entendendo-se atualmente, entre a comunidade científica, o conceito de língua de herança (LH) como aquele que melhor atende ao perfil linguístico heterogéneo de crianças e jovens em situação semelhante à da maioria das nossas comunidades.

A orientação do Camões IP à sua rede é, pois, sem entrar em polémicas e debates infundáveis, a de que é em face do perfil linguístico dos aprendentes que devem ser definidas as abordagens mais adequadas, razão pela qual é incentivado (e tem o Camões IP vindo a fazer um investimento forte nesse âmbito ao nível da formação dos docentes) o ensino diferenciado. Um ensino que, levando em consideração contingências próprias do ensino da língua portuguesa em regime paralelo, como seja a coexistência, no mesmo grupo de alunos, de perfis diferenciados, procura criar as melhores condições para o desenvolvimento de competências de todos.

Encontra-se contemplada nesse ensino diferenciado uma abordagem de língua portuguesa como língua materna nos casos (mais raros e associados a crianças que cuja família enquetou processos migratórios recentes e em momento em que dispunham já de significativa consolidação linguística) em que tal se verifique como a situação mais adequada.

Aquilo com que não podemos concordar é com uma abordagem monolítica, que não tenha em atenção os perfis linguísticos diferenciados dos alunos e abordagens didáticas que, consequentemente, não correspondam aos seus melhores interesses.

Assumindo o domínio da língua portuguesa como um elemento da nossa identidade cultural, mas também um importante “trunfo” (a vários níveis), a favor das nossas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. De que forma é que entende esta afirmação?

A língua portuguesa é um ativo global. Os indicadores são conhecidos: é uma língua falada por mais de 260 milhões de pessoas nos cinco continentes, o que equivale a 3,7% da população mundial, com ótimas perspetivas de crescimento: em 2050 serão quase 400 milhões e em 2100 serão mais de 500 milhões, segundo estimativas das Nações Unidas.

É a língua mais falada no hemisfério sul; é a língua oficial dos 9 países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e em Macau. As 9 economias da CPLP,

em conjunto, valem cerca de 2,7 biliões de euros, o que faria deste grupo a sexta maior economia do mundo, se se tratasse de um país (fonte: FMI). O trabalho do Camões, I.P. passa também por desenvolver e fomentar o sentido de pertença dos seus falantes à sua comunidade de origem, ao desenvolvimento identitário e, desse modo, a uma cidadania ativa e transnacional.

Sem contarmos com os valores da aprendizagem do Português pelas comunidades portuguesas e lusodescendentes espalhadas pelo mundo, o Português é uma língua de futuro: como já tive oportunidade de referir, estamos a falar aproximadamente de 260 milhões de falantes. É um universo de países lusofalantes em expansão demográfica, expansão esta a que acresce os estudantes de português como língua estrangeira, e todo este bolo abre portas nos principais setores económicos dos nossos tempos, que passam sobretudo pelo digital: a cultura, a comunicação, a ciência, a economia, a literatura, a educação, e por aí em diante.

É impressionante o impacto que se adivinha para os desenvolvimentos em curso em domínios como a robótica, os sensores, as comunicações, a ciência de dados, ou as tecnologias da língua. As tecnologias da língua e a investigação científica sobre as línguas naturais podem dar um contributo decisivo para se ultrapassarem barreiras linguísticas. No futuro, quando combinada com dispositivos e aplicações inteligentes, esta tecnologia ajudará falantes de diferentes línguas a comunicarem naturalmente entre si – e os sistemas entre eles. Imaginem até onde poderemos ir e o que poderemos alcançar.

Concorda certamente que o direito à língua é um direito fundamental. Como se compreende então, termos 35 inscritos (mas há mais interessados), que estão há 8 anos à espera de um curso de português. Local: Saint Gratien – a 17 km de Paris. (fonte: LusoJornal)

Temos registo de uma procura não correspondida pela rede EPE em França. Procuramos colocar os professores no terreno para assegurar a melhor cobertura, mas não temos ainda capacidade para ter um curso em cada localidade, embora muito nos preze a procura e devemos ter orgulho nisso. Repare que, no caso que refere, existe um curso em Groslay, localidade a 7 km de distância – e que é certamente uma distância inferior àquela que muitos alunos em Portugal têm de percorrer para frequentar a sua escola.

Estamos a estudar, com a nossa missão diplomática e diver-



Fotografia © DotCom



Fotografia © DotCom

sas associações, a possibilidade de criação de projetos que explorem outras vertentes para reforçar a resposta que temos no terreno para corresponder a esta necessidade. Até lá, existem diversos meios disponíveis digitalmente, os quais temos vindo a reforçar desde que começámos a viver esta realidade pandémica, e que podem servir de recurso para casos, como este, em que infelizmente a nossa capacidade de reposta não satisfaz, ainda, a procura.

A Guiné Equatorial adotou o português como uma das suas línguas oficiais em 2007, sendo admitida na CPLP em 2014. No entanto, a língua portuguesa naquele país é um mito. Não existe, não se fala. Quer comentar?

É inegável que uma implementação real e estruturada da língua portuguesa enquanto língua oficial na Guiné Equatorial está aquém do que foram as nossas intenções quando foi acordado integrar o país como 9.º membro da CPLP. Isso não significa que não têm vindo a ser dados passos concretos para

tornar o “sonho realidade”, quer por parte do Camões, I.P., quer por parte de outros parceiros, como o Secretariado Executivo da Própria CPLP e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) que têm igualmente uma responsabilidade particular neste domínio.

Importa mencionar que existe um “Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP”, aplicável de 2020 a 2022, cujo primeiro eixo é precisamente a promoção da Língua Portuguesa, e que inclui três objetivos concretos: a inserção da Língua Portuguesa nos diferentes níveis de ensino no país; a implementação de um programa de professores de Língua Portuguesa e a inclusão progressiva da Língua Portuguesa nas áreas centrais da cidadania e na administração pública.

Para implementar este programa no terreno, não posso deixar de referir o exaustivo e louvável trabalho da Leitora do Camões, I.P. que temos em funções no país desde 2018, especializada no ensino da Língua Portuguesa, colocada na Universidade Nacional da Guiné Equatorial (UNGE) e junto



Fotografia © DotCom



Fotografia © DotCom

da Embaixada de Portugal em Malabo. A Professora Ângela Carvalho tem vindo a ser a interlocutora privilegiada junto das autoridades equato-guineenses, nomeadamente o Ministério da Educação, para a concretização dos referidos objetivos e incluindo, ainda, o início de uma Licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa na UNGE.

Com estes esforços, acredito que iremos paulatinamente ter, a médio prazo, uma classe política e administrativa fluente e conhecedora da nossa Língua Portuguesa, objetivo que se estenderá, a longo prazo, à população em geral através da inclusão do ensino da nossa língua em todos os níveis de ensino e que esta dificuldade será ultrapassada através do esforço concertado de todos os parceiros envolvidos, incluindo o Camões, I.P.

Que ferramentas, meios de atuação, modalidades e políticas ativas o Camões, I.P. tem atualmente no terreno (pelo mundo), para além do EPE, para a promoção da língua portuguesa no estrangeiro? Quantos países são abrangidos por esta rede?

Ao nível do ensino superior, o Camões, I.P. está presente em 74 países, através da sua rede de Lectorados (51), Cátedras (53), Centros de Língua Portuguesa (83), Protocolos de Apoio à Docência (cerca de 300) e Programas de Bolsas de Língua e Cultura Portuguesas, bem como diversas plataformas online disponíveis. Este conjunto de instrumentos conjuga-se e declina-se para corresponder aos objetivos que temos para cada um dos países e das regiões onde se inserem. É a nossa “linha da frente”.

Dentro do que pode revelar, quais os grandes projetos do Camões, I.P. para 2021?

Como o ano anterior demonstrou, as estratégias e projetos de cada Instituto estão sempre em constante mutação, de acordo com as limitações e exigências que foram impostas, como foi o caso do ano passado, em que a situação pandémica nos obrigou a rever uma série de prioridades e eixos de atuação. Por exemplo, obrigou a um redirecionamento de uma grande parte dos nossos esforços para o pilar do apoio ao desenvolvimento e cooperação europeia de combate à pandemia, sem que significasse necessariamente um desinvestimento nos pilares da Língua Portuguesa e da Cultura. No que respeita especificamente ao nosso papel de internacionalização da Língua Portuguesa, as estratégias do Camões, I.P. articulam-se em 3 eixos principais: a consolidação da sua rede de Ensino Português no Estrangeiro, não só ao nível do ensino básico e secundário, como também ao nível dos instrumentos de apoio ao ensino superior, destacando um aumento assinalável do número de cátedras; o reforço da oferta digital de serviços e de conteúdos que concorram para a internacionalização da LP como língua de ensino/aprendizagem, de comunicação e de ciência, através de instrumentos de formação e de certificação, em parceria com universidades e centros de investigação portugueses; e o apoio ao desenvolvimento de projetos de cooperação bilateral e de cooperação delegada, envolvendo a Língua Portuguesa. Assim haja recursos financeiros para o que propomos.



Fotografia © DotCom

O ano passado a AILD, Associação Internacional dos Lusodescendentes promoveu um colóquio que se realizou na FCSH, cujo tema foi “Pare de dizer Diáspora!”, palavra muito usada pelos políticos e diplomatas. Revê-se nas conclusões deste Colóquio em que se defende claramente o uso de outras designações, nomeadamente “Comunidades” em vez do “exílio da Diáspora”?

O colóquio em questão, realizado em outubro de 2020, contou com a participação da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, a quem mais compete a discussão epistemológica desta discussão. Do meu ponto de vista, que não se afasta dos argumentos discutidos na ocasião, a carga etimológica associada à palavra diáspora – que se associa indelevelmente a uma ideia de perda ou dispersão, ou mesmo exílio – tem fortes raízes históricas, centenárias, que não se esgotam na realidade portuguesa. É verdade que as conotações que acarreta caracterizaram a realidade migratória que se registou sobretudo nos anos 50 e 60 do século passado. Hoje, tentando despir a noção de diáspora da sua conotação negativa, há uma crescente tendência, incluindo na classe política, para substituir esse termo pela noção mais adequada de “comunidade” que, como foi referido no evento a que se refere pelos diversos intervenientes, designa um sentido de comunhão e pertença a um “espaço identitário e linguístico no qual confluem realidades, memórias e experiências múltiplas e heterogêneas”, para utilizar as palavras do Professor Doutor Carlos Carreto,

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e nas quais me revejo totalmente. Tem existido um esforço no conjunto da política externa portuguesa, por via da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas e das missões diplomáticas portuguesas no estrangeiro, e também por parte do Camões, I.P., no sentido de tornar esse sentido de comunidade portuguesa que partilha uma cultura, uma língua e valores comuns, e uma forte ligação ao nosso país, uma realidade. A transição etimológica é, no entanto, um processo gradual e, repito, a utilização do termo diáspora não deixa de refletir uma realidade da história da emigração portuguesa que ainda hoje tem uma enorme relevância; não tem necessariamente de ser depreciativa ou negativa, mas entendo a observação.

Deseja fazer uma saudação especial dirigida aos leitores da Descendências Magazine espalhados por todo o mundo, que vão ter o gosto de ler a sua entrevista?

Um abraço muito fraterno em língua portuguesa para todos e para cada um dos muitos leitores espalhados pelos quatro cantos do mundo, muitos deles, sei, também com especial atenção ao que fazemos no Camões.

A DESCENDÊNCIAS Magazine agradece-lhe novamente a honra desta entrevista.

Foi um gosto. Até uma próxima oportunidade.



M I G R A Ç Õ E S

A necessidade aguça o engenho:

Conheça as alterações ao Visto D1

Os meus avós sempre usaram muitos ditados populares para me responder ou explicar certas situações. De tantas vezes os ouvir hoje dou por mim a usá-los para fazer o mesmo com os meus filhos. Mas, a bem da verdade,

de todas essas expressões, a que ao longo dos anos se tem mostrado mais representativa da realidade e da nossa forma de fazer as coisas é: “a necessidade aguça o engenho”. Ao longo do último ano, face a todas as adversida-

des que tiveram de se enfrentar, todos tivemos a oportunidade de ver como o ser humano, à volta do mundo, se revelou criativo e engenhoso para conseguir superar os obstáculos impostos pela pandemia. Fosse para criar

novos negócios, fosse para dar outro rumo aos já existentes ou até mesmo para se manterem entretidos em casa, ou em contacto com os seus entes queridos.

Mas para mim, que trabalho no setor das migrações e que tenho estado em contacto direto com as entidades responsáveis pela legislação e aplicação da Lei dos Estrangeiros nos últimos anos, pude assistir a uma mudança que já há alguns anos se esperava que chegasse. A legislação sobre o visto de trabalho, ou seja, o Visto de Residência para Exercício de Atividade Profissional Subordinada, vulgo visto D1.

Este visto de residência tem vindo a ser sujeito a alterações legais ao longo dos anos, mas os impactos que estas mudanças tinham na praticidade dos processos de contratação eram mínimos e não se refletiam na agilidade dos mesmos. Primeiramente, este visto estava sujeito a um contingente de 50 vagas anuais para áreas de atuação profissional previamente definidas. Em seguida, foram feitas alterações que já não previam contingente, mas que previam outras condições para a emissão deste visto. Nomeadamente a empresa contratante tinha publicar uma vaga anunciada no Instituto de Emprego e

Formação Profissional (IEFP) durante 30 dias; a vaga não podia ter recebido candidaturas válidas de cidadãos nacionais, ou da União Europeia, ou de cidadãos estrangeiros com autorização de residência para que se pudesse avançar com o processo de visto D1; o IEFP tinha de emitir uma declaração em como efetivamente a vaga em questão não tinha como ser preenchida por nenhum cidadão nacional ou da união europeia. Em qualquer um destes casos, a Lei não era time-friendly e os processos para este tipo de visto podiam demorar vários meses até à sua conclusão (seis meses em média).

Contudo, e como começámos por referir, a pandemia e a necessidade de continuarmos a contratar cidadãos estrangeiros de forma segura e legal, para responder às necessidades das organizações portuguesas, levaram a uma revisão da legislação, que agora dispensa a declaração do IEFP tornando, deste, os processos de emissão de Visto D1 muito mais céleres. Há que referir, que apesar da pandemia, sectores como os da construção e agricultura continuaram a crescer e a precisar de mão-de-obra que nem sempre é fácil de encontrar em território nacional. Esta alteração acaba por ter duas grandes vantagens:

1. Os setores do turismo/restauração, construção civil e agricultura conseguem mais facilmente dar resposta às suas necessidades contratuais;
2. Os processos de Manifestação de Interesse (processos para pessoas que entram com visto de turismo e se legalizam através de um contrato de trabalho ou prestação de serviços) reduzem em quantidade e, consequentemente, tornam-se mais expeditos.

Claro está que os benefícios destas alterações à Lei acabam por se estender também à nossa economia, à nossa cultura e à nossa sociedade. Por exemplo, se esta lei já tivesse sido alterada anteriormente, muito provavelmente, a situação que se verificou com os trabalhadores do sector da agricultura em Odemira e outras zonas do Alentejo, não se teria verificado.

Contemplando o fluxo migratório destes últimos anos, e os dados estatísticos internacionais, acredito que temos ainda um longo caminho a percorrer, mas que estamos já (e cada vez mais) no bom caminho, desburocratizando os processos e conferindo cada vez maior segurança aos mesmos, quer para quem contrata, quer para quem é contratado.



Gilda Pereira
CEO Ei! Assessoria Migratória

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

História dos 40 anos do CCP



CCP é a sigla utilizada pelo Conselho das Comunidades Portuguesas. O Conselho era no seu início um órgão consultivo do Governo composto por representantes do movimento associativo e também um órgão representativo dos portugueses no estrangeiro. A instituição era de inspiração francesa, teve a sua origem no modelo original francês (*Conseil Supérieur des Français de l'Étranger*) que escolhia os representantes da emigração ao Senado e é a segunda mais antiga da Europa.

O Conselho das Comunidades Portuguesas, cuja primeira reunião ocorre em abril de 1981, foi a primeira experiência de diálogo institucional entre o governo português, a sua emigração e as suas Comunidades.

A Dra. Maria Manuela Aguiar, Secretária de Estado das Co-

munidades Portuguesas naquele momento, foi a promotora e encarregada de levar em frente este projeto. Tal como ela mesma nos relatou, esse Conselho teve um início muito atribulado devido à politização dos Conselheiros de França. O confronto foi constante e radical, mas que ela Secretária de Estado que o tinha lançado, conseguiu manter até ao ano de 1983, quando foi substituída por José Vitorino, já no Governo Pinto Balsemão. Naquele ano, contra toda a legalidade, o Plenário do CCP não foi convocado. Como compreenderão, as nuvens que se avizinhavam para o Conselho eram negras.

No ano de 1987, no segundo Governo do Dr. Cavaco Silva, antes de sair definitivamente do Palácio das Necessidades, a Dra. Maria Manuela Aguiar deixa o Plenário convocado. O

seu sucessor, o Dr. Correia de Jesus, praticamente anunciou no seu discurso deste Plenário, o fim sombrio do CCP, o que levou todos os Conselheiros unidos a manifestaram-se publicamente contra ele na defesa da continuidade do Conselho, mas os resultados foram infrutuosos. A partir de 1988 foi desativado, e no início da década seguinte, descaracterizado por uma lei aprovada, por maioria, na Assembleia da República.

Conscientes da importância do renascimento do CCP, após alguns anos criou-se um grupo de trabalho formado por deputados da emigração e outros deputados da Comissão de Negócios Estrangeiros e por uma proposta de lei do Governo na Assembleia da República ressurgiu o CCP em 1996, com o Dr. José Lello como Secretário de Estado. No entanto o seu formato mudou. Agora os representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas eram eleitos por sufrágio universal, por emigrantes inscritos na sua área consular.

Numa das suas intervenções a Dra. Maria Manuela Aguiar diz: *No atual sistema os conselheiros são eleitos por sufrágio direto e universal, pelos cidadãos inscritos nos consulados – uma fonte de legitimidade, aparentemente mais “democrática”, mas que rompe com a sua matriz associativa, a força e autonomia que daí lhe advinha, e exclui os lusodescendentes, se já não tiverem nacionalidade portuguesa.* Assim convocase a eleições e tem lugar a reunião mundial em 1997, dez anos depois da anterior. Desde o início, tal como indica a sua história, os pedregulhos gigantes encontrados ao longo do caminho têm sido muitos.

Em 2003, sete anos após, novas eleições para Conselho das Comunidades, composto por 100 conselheiros espalhados pelo mundo, sendo 96 os eleitos. Em 2008, cinco anos depois, outras eleições para o CCP com nova estrutura: 73 Conselheiros, sendo 63 eleitos e 10 nomeados, desaparecendo os Conselhos Regionais.

Em 2015 é aprovada alteração à lei 66-A para dar uma nova estrutura ao CCP, com eleições (7 anos após as últimas). Agora o CCP passa a ter 80 conselheiros, todos eleitos. Vol-

tam os Conselhos Regionais, há 3 Comissões Temáticas e Secções e Subsecções de país.

Em decorrência desses 40 anos, o Conselho Permanente, por meio de sua Resolução 01/2020 e a fim de resgatar a “memória do CCP”, constituiu o Grupo de Trabalho do qual tive a oportunidade de participar como sua Vice-Presidente; dele participam também, Pedro Rupio Presidente (Bélgica), Vasco Abreu (África do Sul), João Pacheco (EUA) e Armando Santos (Macau). Após uma exaustiva pesquisa realizada durante meses pode-se afirmar que as reivindicações que o Conselho das Comunidades tem vindo a reclamar, datam desde o seu início. Com todos os seus confrontos internos e diferentes ideologias, lutam por um bem comum: o das Comunidades Portuguesas que representam. As políticas do ensino da língua portuguesa, o sistema de votação para as eleições dos nossos representantes no Governo, os assuntos consulares e fluxos migratórios, os problemas que enfrenta o nosso Associativismo, os assuntos económicos e sociais, a comunicação social etc., são todos problemas que de uma maneira ou outra estão presentes diariamente nas nossas Comunidades.

Ao longo desses 40 anos temos conseguido algumas reivindicações, não são muitas mas são importantes. É uma luta titânica que não é de apenas de um mandato específico, é uma luta que vem de todos os mandatos e que continuará a existir enquanto exista o Conselho das Comunidades Portuguesas. Daí a grande importância deste Conselho pois é a voz que as nossas Comunidades têm para fazerem-se ouvir.

Mas, como diz a Dra. Maria Manuela Aguiar, *outros Conselhos, sem a legitimidade de terem sido eleitos pelas Comunidades, têm mais divulgação mediática que o CCP.* Não lhes queremos retirar a sua importância, mas devemos exigir também a mesma igualdade no “palco” mediático pois devido à pouca informação divulgada, o nosso Conselho e, portanto, as nossas ações, ainda são desconhecidas para muitos.



Maria de Lurdes de Almeida
Conselheira das Comunidades Portuguesas

ARTES E ARTISTAS LUSOS

Kara Miranda Lawrence



Onde nasceu
Canadá
Onde vive
Montreal
Origens lusófonas
Açores
Art Website oficial
<https://ljkkinetics.com>
Art Instagram
[@ljkkinetics.art](https://www.ljkkinetics.com)
Flamenco Website oficial
<https://www.kflamenco.com>
Flamenco Instagram
[@karaflamenco](https://www.kflamenco.com)
Flamenco Facebook
www.facebook.com/karaflamenco
Short Film Oriana
<http://www.orianafairy.ca>

Kara Lawrence é uma artista versátil com experiência profissional em artes geradas por computador e dança flamenca. Atualmente diretora de fotografia digital para filmes de longa-metragem, trabalhou muitos anos em animação para empresas estabelecidas e também para clientes freelancer. O seu trabalho de design variou desde gráficos em movimento, pré-visualização de ação ao vivo, modelagem 3D de aplicações de jogos até à renderização arquitetónica e design gráfico. O seu projeto de tese no programa pertencente ao Bacharelado em Artes Mídia na Universidade Emily Carr foi um filme premiado adaptado do famoso romance de contos de fadas português “A Fada Oriana”. Do lado da dança, com o seu nome artístico “Kara Miranda” uma referência às suas raízes portuguesas, visto que Miranda é o seu nome do meio e o nome de solteira da mãe, tem obtido sucesso atuando em todo o Canadá e nos Açores em vários grupos e companhias de dança.

Quando e como começou a sua paixão pela animação?

Fui abençoada por ter crescido numa família que me apoiava artisticamente, com pais que se conheceram na escola de artes e que incentivaram os meus interesses na dança, música e artes visuais. Sempre existiram momentos de inspiração e influência nesses campos, e desde que o meu pai se tornou um programador, a minha irmã e eu usávamos computadores e jogávamos jogos, num tempo em que tal era muito raro. Por isso, sempre fiquei intrigada com o mundo digital para a expressão artística. Lembro-me de ter ficado maravilhada com os dinossauros gerados pelo computador no Jurassic Park, e, mais tarde, o trabalho da Pixar, que acabaram por me despertar a curiosidade, pensando que esta carreira poderia ser uma possibilidade. Depois de assistir a uma palestra de um compatriota nativo de Victoria e artista conceptual de longa-metragem bem sucedido e respeitado, Iain McCaig, fui com-

pelida sobretudo com o desejo de um dia ser tão apaixonada e feliz por falar sobre a minha vocação com os outros como ele foi.

Tem no seu portfólio, Marvel, Disney, ITV, Netflix, e muitas outras grandes empresas para as quais trabalha. Como é que essa aventura começou e como foi possível chegar tão longe?

Para mim, não foi um caminho fácil e gostaria de partilhar isso, pois talvez possa dar esperança a outros que estão a lutar para realizarem os seus sonhos. Para além de ser uma indústria internacional muito competitiva que espera um nível elevado mesmo nas vagas de entrada, tive a dificuldade, após ter-me formado na universidade, durante a crise financeira de 2009. Através de inúmeras horas e anos de trabalho árduo, atualizando o meu portfólio de apresentação, enviando candidaturas a empregos, estabelecendo redes de contactos e frequentando cursos extra, nunca

me deixei desencorajar totalmente. Depois de me apoiar com vários contratos independentes e trabalhos de arte em campos fora da “indústria” finalmente entrei nela aos 30 anos de idade graças a estar no lugar certo, à hora certa e principalmente por estar preparada para o teste de arte que me foi

dado para esse papel.

Por isso, o meu conselho para os outros que lutam pelo seu sonho, mantenham-se no rumo, tentem tudo o que puderem, e não percam a esperança se é algo que realmente querem!



“Oriana”, um filme vencedor de vários prémios (adaptado do livro infantil “A Fada Oriana”), foi traduzido do texto original em português. Fale-nos sobre este projeto, e se esperava obter o sucesso alcançado.

Ao procurar ideias de tese para continuar a explorar as minhas raízes através da minha arte, deparei-me com este livro que continha uma mensagem muito forte; fiquei emocionada quando o filho do falecido autor me concedeu permissão para o adaptar. Raramente os pequenos filmes de estreia alcançam muito sucesso, pelo que não era a minha expectativa. O meu foco foi sempre, antes de mais, produzir uma obra que adorasse, e desfrutar do processo de escrever a poesia, colaborar com os engenheiros de som e artistas de voz, e criar o mundo visual. Por isso, foi uma grande surpresa e honra o quão bem recebida foi tanto no Canadá como em Portugal. Desde ganhar os prémios do festival de cinema, um que foi entregue diretamente pelo presidente dos Açores, até finalmente ter o filme integrado no currículo escolar de Portugal, ultrapassou inclusive o que eu tinha imaginado!

Para além da fantástica carreira na animação, Kara Lawrence (ou deveríamos dizer Kara Miranda) é também uma bailarina de flamenco premiada. Porquê flamenco? Poderemos vê-la brevemente a atuar em Portugal?

Quando eu era jovem, vi por acaso a minha professora de ballet a dançar flamenco com o seu marido guitarrista e apaixonei-me pela paixão e pela força. Obviamente que a cultura espanhola é muito singular da portuguesa, mas sempre ponderei se estaria mais ligada às minhas raízes com o seu espírito ibérico. Não há dúvida que a proximidade entre os





dois países lhe confere semelhanças com a língua e os sentimentos, e pode-se até verificar essas parelhas emocionais e melancólicas no fado e no flamenco. Tive a sorte de ter sido convidada duas vezes pelo governo açoreano (2007 e 2010) para atuar e participar em workshops tanto com dançarinos locais como com outros de ascendência açoriana de todo o mundo. Um dia eu adoraria regressar para outro espetáculo se as oportunidades se proporcionarem.

Quais são as suas origens lusófonas?

Metade do meu sangue é português - a minha mãe nasceu em São Miguel e emigrou para o Canadá. Ela sempre me incentivou a explorar e a interessar-me

pela música, cultura e gastronomia portuguesa. Partilhamos o desejo de incorporar a cultura portuguesa nas nossas vidas artísticas, e recentemente estive em Portugal, cerca de 1 mês, a descobrir e a inspirar-me para futuros trabalhos.

Qual é a sua relação com os Açores hoje em dia?

Tenho sorte de em Montreal existir uma grande comunidade de imigrantes açoreana. Temos um pavilhão açoreano e muitos dos que participam nos festivais anuais portugueses são também açorianos. Depois da pandemia, espero envolver-me mais nessa comunidade e, claro, visitar novamente as ilhas.

Considera que as artes são importantes para o desenvolvimento dos países?

O Conselho de Artes do Canadá acaba de divulgar os resultados do seu estudo sobre a importância das artes para a saúde e bem-estar dos nossos cidadãos: “as artes criam empregos, atraem investimentos, geram receitas fiscais, e estimulam as economias locais através do turismo e das compras dos consumidores”.

Inevitável no momento por que estamos a passar, como está a “sobreviver” a esta pandemia?

Sem dúvida que teve consequências devastadoras para as artes performativas, pelo que a minha carreira de dança, em particular, abrandou e evoluiu para uma prática mais individual do que baseada na performance. Felizmente, a minha experiência permitiu facilmente a transição e trabalhar a partir de casa. Quando consigo estar fora do ecrã, procuro a natureza para me ajudar no meu equilíbrio emocional e físico.

Quais são os seus projetos para 2021?

Além do meu trabalho a tempo inteiro em projetos (inéditos) da Disney, tenho vários projetos de arte em colaboração com a minha irmã e outros projetos pessoais planeados. Um deles tem a ver com o flamenco e cinema num projeto que estou envolvida nos últimos anos com um artista madrileno.

Qual é o seu maior sonho?

Sonho em encontrar continuamente formas de financiar os meus próprios projetos pessoais, voltar a viajar, colaborar com artistas que admiro e continuar a inspirar os outros com as minhas obras.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Continuem a perseverar, mesmo quando os tempos são difíceis. Vocês são o que o mundo mais precisa agora. Não se sintam desencorajados por nem todos apreciarem o vosso valor e, mais importante, continuem a partilhar genuinamente a vossa verdade e luz.



Terry Costa

Presidente do Conselho Cultural da AILD

A M B I E N T E

Ervas que crescem, abelhas que agradecem

A vegetação espontânea que floresce pela Primavera é uma excelente fonte de alimento para as abelhas e todos os outros polinizadores.

As nossas cidades, vilas, aldeias e lugares precisam da “beleza espontânea” das malvas, das roseiras bravas, das margaridas e dos malmequeres, dos dentes-de-leão, da chicória e das urtigas, como partes integrantes de um ecossistema que se quer diverso. Todas elas são excelentes fontes de pólen e néctar e são



as preferidas das abelhas e dos outros polinizadores. São também exemplos de vitalidade e resiliência, germinando em locais inóspitos e inimagináveis. Além disso, fornecem valiosas informações sobre os tipos de solo em que se encontram.

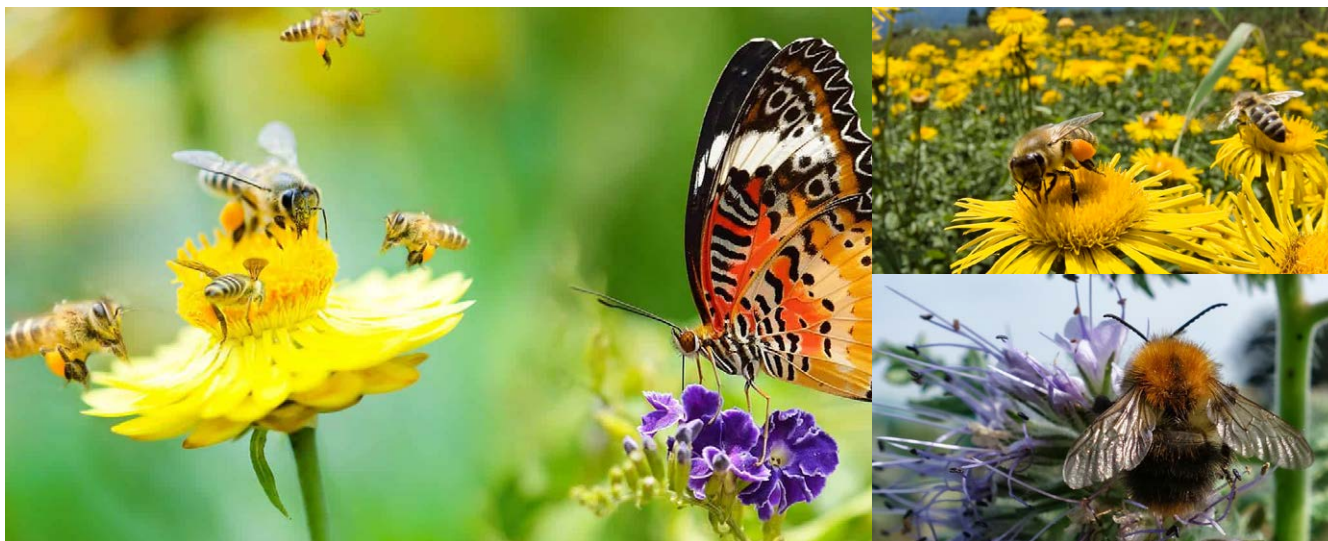
De uma forma depreciativa, tratamos muitas vezes a grande variedade da nossa flora portuguesa como vulgares “ervas daninhas” ou “infestantes”. Um tratamento injusto dado às plantas silvestres, esse grande e valioso património natural, promotor da biodiversidade, do fortalecimento dos solos e de tantos benefícios para a nossa saúde. Além de funcionarem como jardins naturais, fornecem alimento a muitas espécies animais, por vezes, em quantidades muito maiores que as flores de jardim.

As suas formas diversas, cores vivas, texturas e perfumes, fazem-nos regressar às reminiscências da nossa infância.

A vegetação espontânea tem uma relação muito estreita de simbiose com os polinizadores – em troca de alimento, estes contribuem para a sua polinização.

Mas porque é que os polinizadores são tão importantes e essenciais para o equilíbrio dos ecossistemas e da biodiversidade? Em primeiro lugar, porque há várias espécies de plantas que dependem deles para se propagarem. O declínio dessas plantas será proporcional ao declínio dos polinizadores e poderão mesmo vir a desaparecer. Em segundo, porque, a diminuição da diversidade e do número de polinizadores irá ter um reflexo direto na quebra de rendimento das pastagens agrícolas.

Quando nos referimos aos agentes polinizadores estamos a falar de uma multiplicidade de seres vivos e outros elementos. Além das abelhas melíferas, muitas outras abelhas selvagens, outros insetos (vespas, borboletas e besouros), an-



imais (pássaros, lagartos, morcegos, esquilos e roedores) e até o vento e a água desempenham um papel crucial nos processos de polinização. Uma vez que poucas plantas possuem a capacidade para se autopolinizarem, essa tarefa fica por conta dos agentes externos mencionados. Na falta desses polinizadores naturais, a polinização poderá ser feita manualmente.

Estudos recentes referem que embora as abelhas melíferas sejam muito importantes na polinização, estas, complementam, mas não substituem o papel das quase 2 mil espécies selvagens existentes na Europa.

No continente europeu, cerca de 78% das espécies de flores selvagens e 84% das espécies nos campos de colheita dependem, em parte, dos polinizadores para a produção de sementes e para uma melhor qualidade dos frutos, dos vegetais e das aromáticas. Por exemplo: laranjas, morangos, cerejas, maçãs, abóboras, tomates, pimentos, feijões, pepinos, camomila e tomilho, entre outros.

Todavia, os efeitos nefastos provocados pela poluição no meio ambiente, assim como os incêndios florestais, o desmatamento acelerado, a mineração a céu aberto, a agricultura intensiva, o aquecimento global, as alterações climáticas e o uso indiscriminado de herbicidas e pesticidas, têm contribuído para a degradação de habitats e criado fortes entraves à sobrevivência das espécies polinizadoras. Uma em cada dez espécies de abelhas e borboletas está em risco

de extinção na Europa, devido às alterações do meio ambiente provocadas pelas atividades humanas supra citadas. No caso das abelhas, o uso de pesticidas, quando não leva à sua morte, provoca sérios desequilíbrios no funcionamento das colmeias. As abelhas perdem capacidades ao nível da navegação e das aprendizagens. As larvas demoram mais de 10 horas para se desenvolverem, situação que pode levar, segundo alguns especialistas, a uma maior prevalência de pragas, nomeadamente, a varroa.

Para debelar esses problemas crescentes, serão necessárias medidas que mitiguem as suas consequências, nomeadamente: a redução ou mesmo eliminação dos vários fatores desencadeantes acima expostos; o corte tardio das herbáceas perenes, após a época da floração, nos jardins municipais e nas bermas dos caminhos e estradas e, a plantação de mais flores em jardins e hortas. Estas ações vão permitir uma maior abundância de pólen e néctar para atraírem e alimentarem os insetos polinizadores.

A ação humana no ambiente tem contribuído para a diminuição gradual da população global dos insetos, na ordem dos 2,5% ao ano, estando, 40% das espécies (onde se incluem os polinizadores) em declínio e meio milhão em risco de extinção, número que corresponderá a um terço do total.

Segundo o estudo – “Atlas dos Insetos” – desenvolvido em co-autoria pela Fundação Heinrich Boll e pela ONG Amigos

da Terra, cerca de 9,2% das 2.000 espécies de abelhas e 7% das 482 classes de borboletas, essenciais para a produção de alimentos, estão ameaçadas na Europa. O estudo refere ainda que, cerca de 90% das espécies animais são insetos e estes, são muito úteis no processo de polinização, na redução de pragas e na melhoria da qualidade dos solos.

Para termos uma ideia mais aproximada da importância das abelhas como agentes polinizadores, iremos referir uma problemática cada vez mais frequente, relacionada com o roubo de colmeias. Se há uns anos atrás os roubos se cingiam a motivos relacionados com a produção de mel, atualmente, assistimos a uma alteração de paradigma, devido à crescente procura dos “serviços de polinização” executados pelas abelhas, que contribuem para o aumento da produção, sobretudo, nas grandes explorações. Atualmente, a polinização é um negócio em clara expansão.

Se por um lado assistimos a um aumento da procura por polinizadores e, por outro, estes estão em acentuado declínio, há um desequilíbrio entre os dois pratos da balança, que tem conduzido, quer ao aumento dos roubos, quer a uma escalada dos preços das colmeias em vários países.

Se os roubos e a escalada dos preços não são desejáveis, importa também destacar algumas iniciativas louváveis que têm surgido um pouco por todo o mundo, com o objetivo de defenderem as abelhas e outros valiosos polinizadores.

Começamos pela primeira ação concreta da União Europeia para proteger os polinizadores. A ideia passa por informar e consciencializar as populações sobre o declínio das espécies, mas não se fica por aqui. O objetivo último desta iniciativa é travar as suas causas, através da redução do uso de pesticidas e de um maior financiamento à investigação desta problemática.

Do outro lado do Atlântico, o estado de Minnesota, nos Estados Unidos, financia a troca de relva por flores sil-

vestres e gramíneas nativas em residências particulares, com a finalidade de atrair e salvar da extinção, abelhas e outros polinizadores, em especial uma espécie endémica, denominada *Bombus affinis*. Esta espécie de zangão tem uma particularidade muito interessante e importante para a polinização – pousa nos caules floridos e produz uma vibração com uma frequência aproximada à nota musical “dó” que permite a libertação de pólen das flores, que não está ao alcance de outros polinizadores.

Regressando ao velho continente, a Foundation de France (FDF) decidiu abrir uma conta no Instagram e criou a “Bee”, a primeira abelha influencer, que, de uma forma divertida, quer salvar a sua espécie, colocando selfies e procurando demonstrar como as abelhas são importantes para a continuidade da vida no nosso planeta.

Em Portugal, o Município de Lousada e outros, optaram por não cortar a relva nem a vegetação espontânea em espaços devidamente assinalados, para fornecerem alimento aos insetos polinizadores, entre os quais, as abelhas. É importante referir ainda que, no nosso país estão contabilizadas cerca de 680 espécies de abelhas, que tal como em outras geografias, encontram-se em declínio, apesar da sua elevada capacidade de adaptação e resiliência.

Terminamos com uma curiosidade muito interessante: Uma pesquisa efetuada por pesquisadores das universidades ETH de Zurique e Paris-Saclay, demonstrou que, as abelhas *Bombus terrestres*, no Brasil, fazem pequenos furos nas folhas das plantas com pouco pólen para estimular e acelerarem o crescimento de novas flores, que podem aparecer até trinta dias antes da época normal de floração.

É este o maravilhoso mundo dos polinizadores e da sua ligação à vegetação espontânea e à polinização, mundo esse que precisamos proteger. Protegendo-os, estamos a proteger-nos!



Vítor Afonso
Mestre em TIC

P O Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

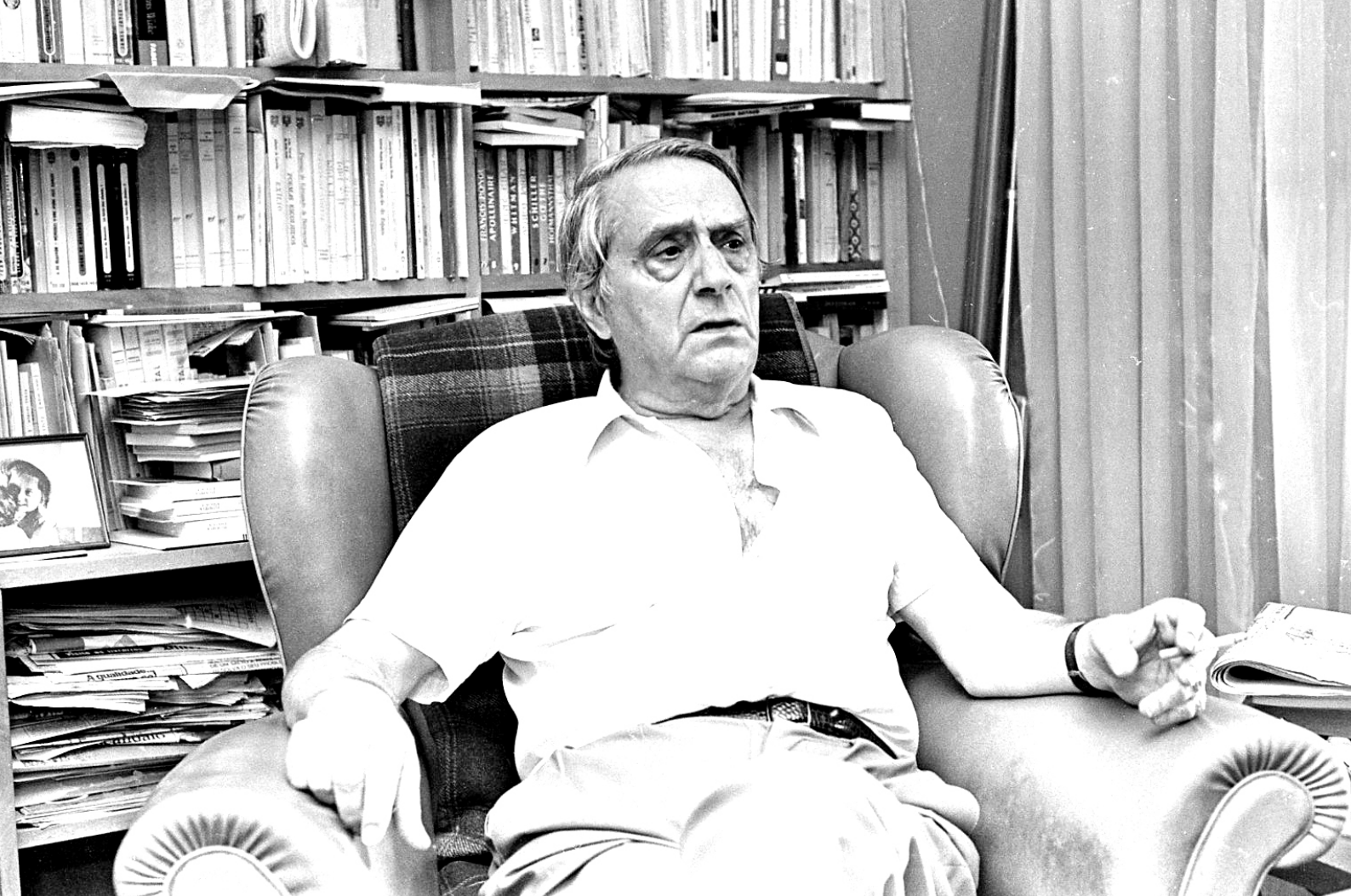
*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*

*Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.*

*O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.*

*E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto:
Que não se muda já como soía.*

Luís de Camões



LITERATURA PORTUGUESA

Vergílio Ferreira

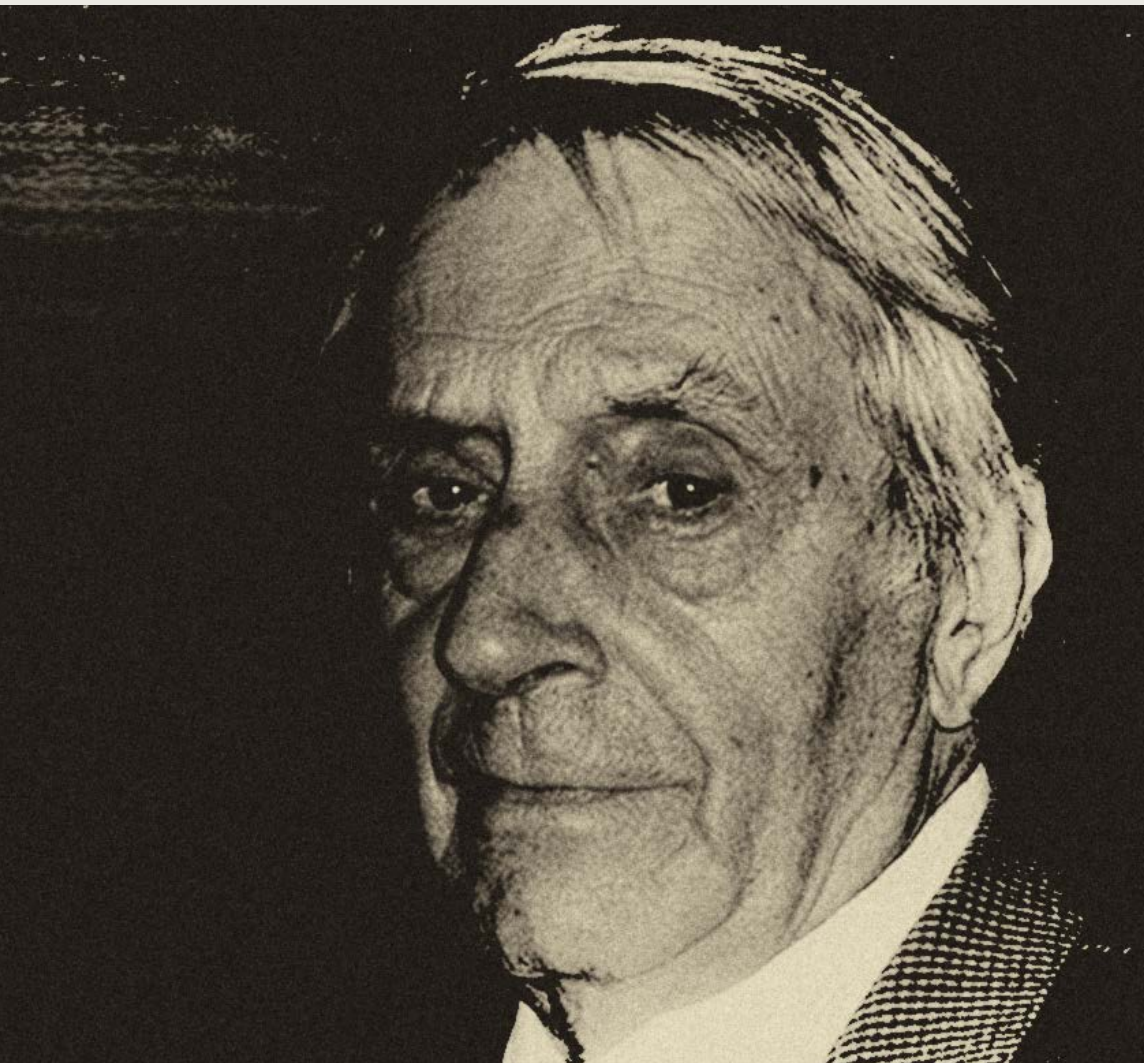
Apelo da noite

Vergílio Ferreira, romancista e ensaísta português, nasceu em Melo, no concelho de Gouveia e distrito da Guarda em 1916. Viria a morrer em Lisboa em 1996.

Dado o ascendente da religião Católica sobre a sua família e meio, frequentou o Seminário do Fundão que abandonou em poucos anos e de cujos dias dá testemunho no seu livro *Manhã Submersa*. Frequentou o ensino secundário no liceu da Guarda e licenciou-se em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Exerceu funções docentes no Ensino Secundário em Bragança, Évora e Lisboa.

Destacou-se no domínio da prosa ficcional, como um dos maiores romancistas portugueses do século XX.

Os que privaram com o escritor reconheciam como permanentes em si e na sua obra, os traços atávicos da sua serra primitiva; Vergílio Ferreira era um beirão esculpido pelo frio agreste, pelo austero granito, pela vertigem das alturas; e, tinha em si a disposição determinada das gentes. Assim se fez a sua sensibilidade; assim o homem, o escritor, as suas emoções e a sua perceção do mundo se plasmaram nesta circunstância física e espiritual; e assim ele os levou ao Mundo.



Senão, leiamo-lo numa sumária evocação de Melo, a sua terra natal; numa breve mas completa confirmação da sua mestria:

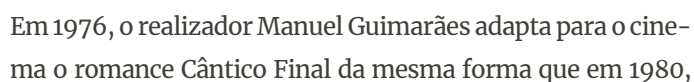
Melo é uma bela aldeia, mesmo a olhos estranhos que porventura a visitem. E a serra, que a domina e abriga, imprime-lhe um carácter em que facilmente fiquei a reconhecer-me para a vida inteira. Neve, ventos, solidão. E o negrume das terras e modo de ser das gentes. Sinais fáceis de uma identificação dessa mi-

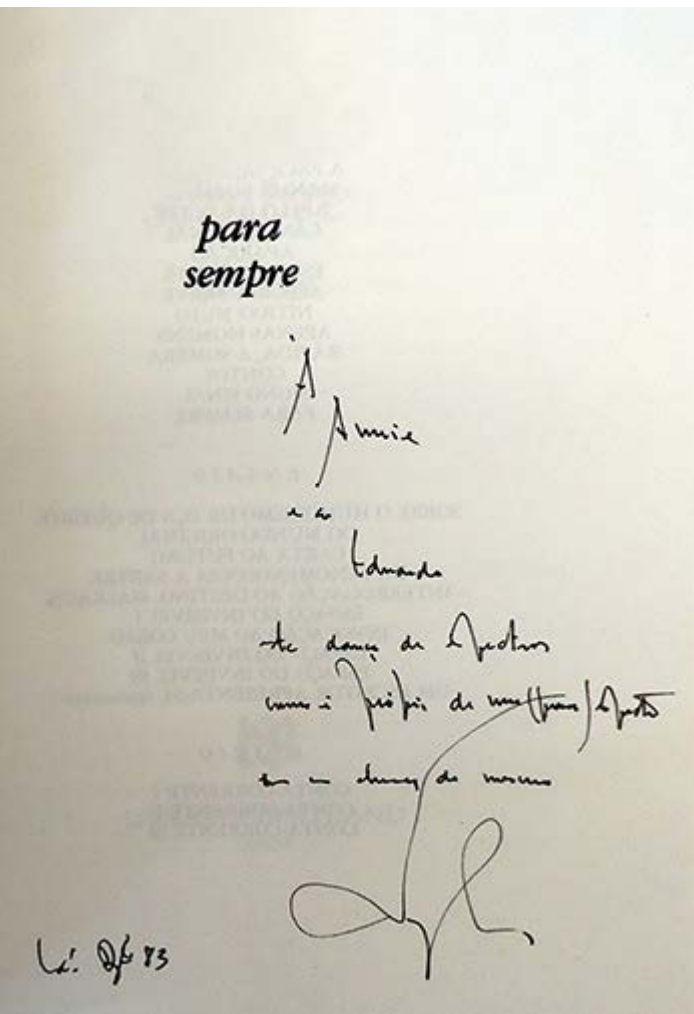
nha terra e de mim. Houve assim interpene- tração dela e do que sou. De modo que não sei se foi ela que me marcou, se sou eu que assim a recriei em mim e assim a fiquei a ver para sempre.

(Espaço do Invisível 5: 95-96)

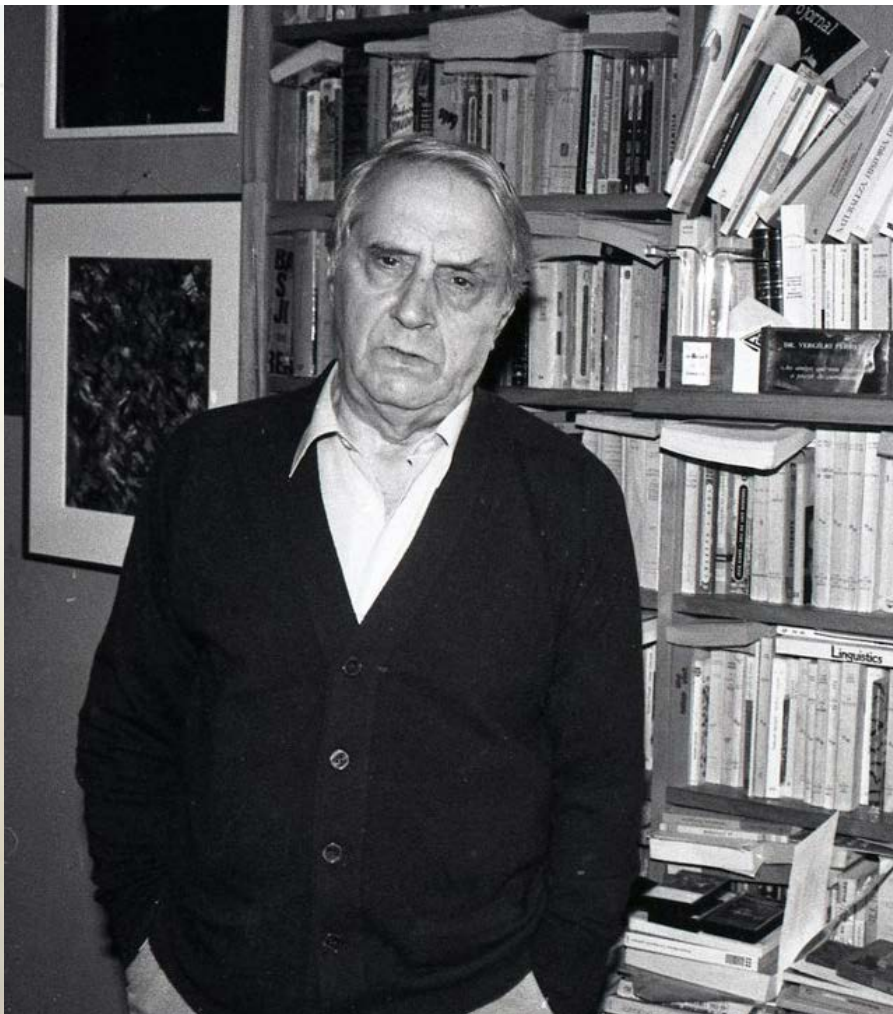
Vergílio Ferreira surgiu, enquanto ficcionista, próximo do neo-realismo nos anos 40 com “O Caminho Fica Longe” (1943), “Onde Tudo Foi Morrendo” (1944), “Vagão J” (1946) ou

O ensaio, outra das grandes vertentes da sua obra acaba por influenciar a sua criação romanesca. Entre os seus títulos destaque para: “Do Mundo Original” (1957), “Carta ao Fu-





Dedicatória a Eduardo Lourenço



Lauro António adapta *Manhã Submersa* e, por sua vez, Fernando Vendrell filma em 2018, *Aparição*. Posteriormente, em 1994 e 2021, os contos *A Estrela* e *A Palavra Mágica* serviram de motivo para curtas metragens, por Frederico Corado e Maria Esperança Pascoal, respetivamente.

A 3 de setembro de 1979, foi agraciado com o grau de Grande-Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.

A 4 de fevereiro de 1989, foi agraciado com o grau de Grã-Cruz da Ordem do Mérito.

Em 1992, Vergílio Ferreira foi eleito para a Academia das Ciências de Lisboa; no mesmo ano recebeu, pelo conjunto da obra, o “Prémio Camões”, o mais importante galardão literário dos países de nossa Língua.

De referir, ainda, que Vergílio Ferreira é hoje um dos autores contemporâneos de língua portuguesa mais lidos e estudados no Brasil e nos países africanos de Língua Portuguesa.



João Rebocho
Bibliotecário e escritor

Fontes:
Vergílio Ferreira. Infopédia. N.p., n.d. Web. 01 Feb. 2016.
Vergílio Ferreira: *Escrever e Pensar ou O Apelo Inevitável da Arte / organização Ana Paula Coutinho ... [et al.]*; 1ª ed. Lisboa : Âncora Editora, 2017.
Vergílio Ferreira/*Um escritor apresenta-se ; apres. pref. e notas Maria da Glória Padrão*: Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

| SAÚDE E BEM ESTAR

A Hipnose Terapêutica



A Hipnose Terapêutica é uma técnica que consiste muito simplesmente na indução do indivíduo num estado de consciência que lhe permite, em conjunto com o terapeuta, confrontar-se com as suas próprias emoções.

É esse contacto mais estreito com a sua realidade emocional que servirá de base à correcção de distúrbios comportamentais. Sem recurso a fármacos e com uma taxa de sucesso próxima de 85%, a hipnose terapêutica é eficaz no tratamento de:

Medo de voar
Medo de conduzir
Deixar de fumar
Técnicas de Auto-hipnose no Desporto
Distúrbios do sono
Ataques de pânico/transtorno de pânico



Desenvolvimento pessoal
Ansiedade de performance
Treino da assertividade
Autoestima
Stress pós-traumático
Depressão
Controlo do peso
Gestão da dor
Fobias/medos
Ansiedade
Hipnose com crianças
Disfunções psicosexuais
Gestão do stress
Melhoria da concentração

Três exemplos como aplicar a hipnose

Deixar de Fumar

Os hipnoterapeutas ajudam os fumadores a alcançar o objectivo de deixar de fumar permanentemente. É uma área bem conhecida do nosso trabalho, e os resultados produzidos são surpreendentes. É por isso que tantos ex-fumadores aconselham os seus amigos e familiares a consultarem-nos.

Decidir ser NÃO FUMADOR é uma resolução que a maioria das pessoas tem dificuldade em tomar. Trata-se, fundamentalmente, de uma decisão emocional tomada a um nível subconsciente. Muito simplesmente, é por isso que a hipnose obtém tão bons resultados nesta área.

O segredo da hipnoterapia é que leva as pessoas a usar sua imaginação para criar um futuro NÃO FUMADOR. Isso faz com que o fumador desenvolva uma atitude mais positiva e se sinta mais fortalecido no processo de libertação da dependência.

Parar de fumar torna-se assim a escolha positiva e definitiva, assumida com naturalidade.

Para investigar o método mais eficaz de parar de fumar, a Universidade de Iowa, Frank Schmidt, juntamente com a pesquisa do estudante Chockalingham Viswesvaran realizaram uma meta-análise, utilizando os resultados de mais de 600 estudos, com um total de quase 72.000 pessoas. Os resultados incluíram 48 estudos de hipnose

abrangendo 6.000 fumadores, e foram publicados no Journal of Applied Psychology.

Mostraram claramente que a hipnose é três vezes mais eficaz que a terapia de reposição de nicotina.

Medo de conduzir

As pessoas com este tipo de medo irracional relatam a sua experiência: “eu tenho carta há vários anos, cheguei a comprar um carro que está à porta, a ideia de conduzir deixa-me em pânico. É mais forte que eu...”

Cerca de um terço dos condutores sofrem deste distúrbio, mais as mulheres do que os homens.

O medo de conduzir é considerado como uma fobia à qual damos o nome de amaxofobia. É um termo composto por amaxos, que significa “carruagem” e fobia, uma palavra que todos nós sabemos o que quer dizer.

O medo de conduzir é uma fobia que se caracteriza pelo temor ou aversão exagerada ante situações, objetos,



animais, lugares ou pessoas. É um medo irracional. Visto do ponto de vista clínico, no âmbito da psicopatologia, as fobias fazem parte do espectro dos transtornos de ansiedade com a característica especial de só se manifestarem em situações particulares.

Os amaxofóbicos preveem de forma negativa a condução levando-os a pensar “eu não sou capaz, se eu começar a conduzir vou perder-me, e não vou conseguir controlar o carro...”

A Hipnose irá ajudar a alterar este sentimento, fazendo com que o condutor se liberte desta fobia.

A hipnoterapia pode ajudar muito nestas situações de forma a reprogramar o inconsciente, libertando a condutor deste medo irracional.

A hipnose clínica vai à raiz do problema, analisando os traumas de infância, as suas experiências, guardadas no fundo de seu subconsciente, as quais o paciente poderá temer enfrentar. Em transe hipnótico o paciente entra num estado alterado de consciência e assim terá acesso ao que está na base do seu problema, permitindo desta forma a sua cura.

Medo de Voar

“Quando começo a preparar a bagagem para ir fazer uma viagem de avião começo a ficar nervoso e com suor nas mãos, na noite anterior já não durmo bem... e da última vez

vomitei quando estava para embarcar... e já não consegui embarcar... o meu coração batia muito rápido e sentia que ia morrer...”

Medo de voar (aerofobia) poderá estar associado a algumas fobias, tais como medo de espaços fechados (claustrofobia), ou mesmo medo das alturas (acrofobia). Segundo alguns estudos cerca de 1/3 da população adulta sofre de aerofobia.

Aerofobia caracteriza-se por ter medo de viajar de avião, é considerado um transtorno psicológico que poderá atingir homens e mulheres de qualquer idade e poderá ser muito limitante, podendo fazer com que o indivíduo não possa exercer profissões que obriguem a grandes deslocações, podendo inclusivamente colocar em causa a vida familiar na medida em que poderá limitar deslocações em lazer (ex.: férias).

A hipnose irá ajudar a debelar este sentimento, fazendo com que o indivíduo se liberte do medo de voar.

A hipnoterapia, através da reprogramação do inconsciente, será de uma grande ajuda nestas situações pois permitirá libertar o indivíduo deste medo irracional.

A hipnoterapia vai à raiz do problema, analisando as suas experiências guardadas no fundo de seu subconsciente, as quais o indivíduo poderá temer enfrentar. Em transe hipnótico o paciente entra num estado alterado de consciência e assim terá acesso ao que está na base do seu problema, permitindo desta forma a sua cura.



Pedro Bandos
Psicólogo/Hipnoterapeuta



Qubo Engenharia
Construímos
o seu sonho
consigo!

Sabe o que é uma casa passiva?

É uma casa que gasta muito pouca energia e recicla a que produz. Graças ao desempenho do seu isolamento térmico, à sua ventilação, às contribuições da energia solar, mantém uma temperatura ambiente suave ao longo do ano.

O que podemos fazer por si

Projeto
Construção
Reabilitação,
Remodelação
Reparação

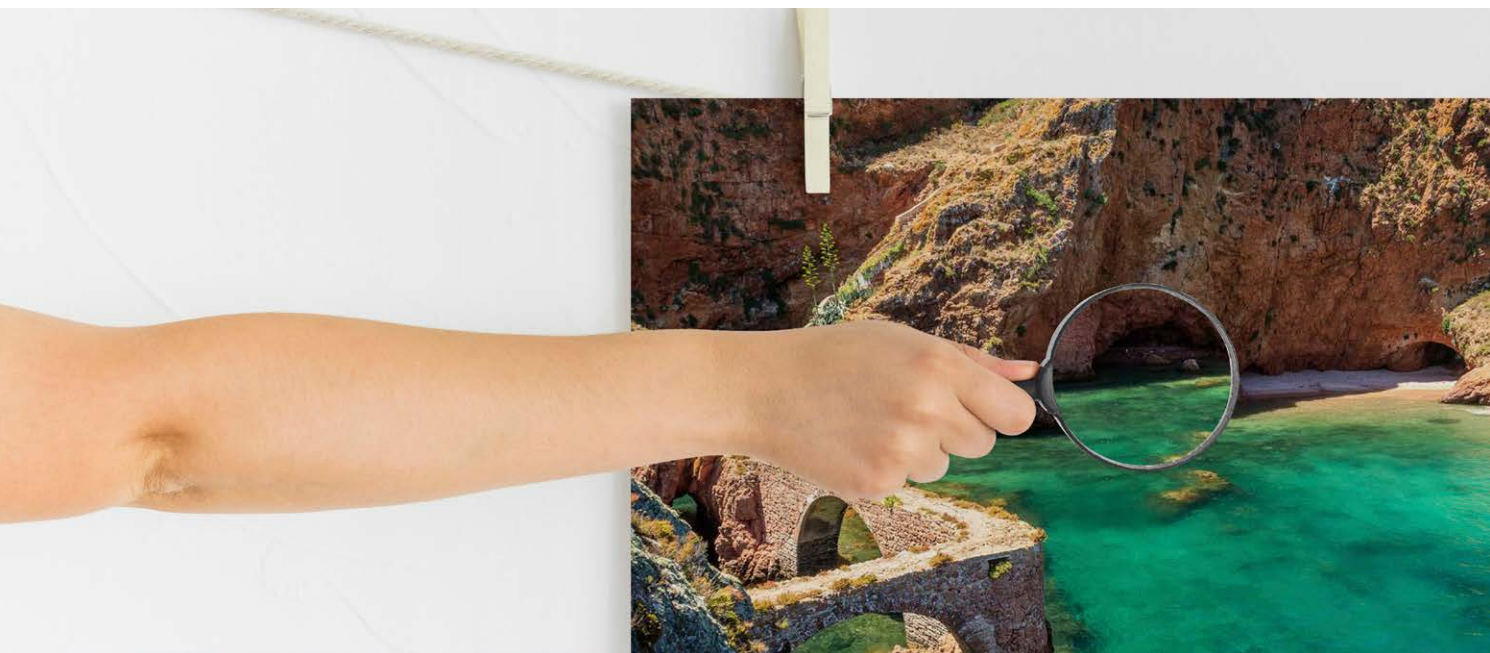
(+351) 964 827 699
geral@qubo.pt

QUBO.PT



| COM LUPA: CÁ DENTRO

A Biodiversidade das Berlengas



Hoje, vamos embarcar rumo à Reserva Natural das Berlengas (assim designada desde 1998, quando o Decreto Regulamentar nº30/98, de 23 de dezembro, estabeleceu essa ampliação da Reserva, estendendo-a a todo o arquipélago).

Arquipélago...ouvimos tantas vezes este termo, será que sabemos realmente o que significa?

Na verdade é bastante simples: um arquipélago, corresponde a um grupo de ilhas próximas umas das outras. Claro que nem todos os arquipélagos apresentam as mesmas características.

Temos arquipélagos com ilhas mais pequenas ou de maior dimensão e até mesmo, arquipélagos que são países (no

caso do Arquipélago do Japão, composto por cerca de 6582 ilhas).

No Arquipélago da Madeira por exemplo, temos duas ilhas habitadas (Madeira e Porto Santo) e duas não habitadas (Desertas e Selvagens), já no Arquipélago das Berlengas, apenas a ilha Berlenga é habitada – um rochedo granítico que atinge os oitenta e oito metros de altura, com um comprimento máximo de mil e quinhentos metros e uma área total de setenta e oito hectares. O arquipélago é constituído ainda por ilhas de menores dimensões, como as Estelas e os Farilhões-Forçadas e outros rochedos. (Ribeiro et al., 2012).

Este espaço geográfico possui uma enorme riqueza quer



em termos de fauna (a diversidade de animais existentes na sua região) quer em termos de flora (a diversidade de plantas presentes na sua superfície). Tal aspeto, justifica a remota preocupação com a conservação desse espaço que data ao século XV, conferindo-lhe o título de primeira área protegida portuguesa, com a proibição de caça na Berlenga Grande, por parte de D. Afonso V.

Contudo, as Berlengas possuem um problema que cabe salientar e analisar: as espécies não nativas presentes na região.

O chorão foi levado para este arquipélago pelo Homem, e como este se reproduz facilmente (já que as condições climáticas são favoráveis ao mesmo), espalhou-se pela ilha da Berlenga, formando um “tapete” que não permite o aparecimento das plantas nativas.

Além disso, temos ainda espécies como o rato-preto ou o coelho (os únicos mamíferos que existem na Berlenga Grande) que também foram levadas pelo Homem, e, prejudicam uma vez mais os animais da região. No que toca ao rato-preto este é responsável pela predação de ovos de muitas aves marinhas (a exemplo os de Cagarra) e talvez (não se chegou a uma conclusão definitiva, embora tenha sido observada uma atividade muito próxima dos mesmos em torno dos ninhos) de crias de Cagarra, e até mesmo de Roques-de-castro, quando estes se encontram nos ninhos a incubar. No que concerne ao coelho, a sua alta competição pelo espaço (ao escavarem tocas, entram por vezes nos ninhos de Cagarra) leva à destruição de muitos ovos. Nesse sentido, ocorreram diversas iniciativas e projetos que visavam fazer face a estas problemáticas, como o LIFE

Berlengas. Algumas das estratégias levaram a que se diminuisse cerca de 90% da extensão do Chorão (arrancavam as raízes com as quais faziam rolos, que por sua vez, viravam faixas com cerca de 2 a 3 metros, que deixavam em “repouso”, até que a vegetação nativa recuperasse; de salientar que nas falésias, o trabalho de remoção era ainda mais demoroso e exigia uma maior preparação pelo seu risco), a que se obtivesse um maior controlo (com os trabalhos de monitorização e as medidas de biosegurança) e se irradiassem os mamíferos não nativos (como o caso do rato-preto, em que o último observado remonta a setembro de 2016).

Mas e as espécies nativas das Berlengas?

Desde logo, destaca-se o Airo, sem dúvida uma ave típica, e símbolo da Reserva Natural. As suas semelhanças com um pinguim são surpreendentes, já que não consegue voar e também apresenta um peito branco e o resto do corpo cinzento escuro/preto.

A sua presença era imensa na Berlenga Grande, contudo, a partir da segunda metade do século XX, teve uma diminuição abrupta, não sendo encontrado já há alguns anos quaisquer indícios de reprodução do mesmo (em junho de 2012 apenas se tinha observado um Airo).

Apesar dessa situação penosa, constam neste espaço, outras aves marinhas, Cagarra (que é considerada vulnerável, quer pelos aspetos que já aqui foram abordados, quer pelas capturas acidentais da pesca, que ainda assim, têm sido revertidas por novas estratégias como a utilização de um papagaio mitigador – quando libertado, as aves que habitualmente se situam ao redor da embarcação, tendem a deixar de pousar e afastam-se), Galheta, Corvo-marinho-de-crista, Roque-de-castro e Gaivota-de-patas-amarelas (que também teve um alto controle em termos de nidificação – construção de ninhos – devido ao aumento exponencial da sua espécie nos anos 80, que trouxe desequilíbrios à ilha).





Voltando-nos para a flora, existem cerca de 100 espécies diferentes, destacando-se as três espécies endêmicas, que só existem nas Berlengas, e que por isso, são imprescindíveis para a biodiversidade, tornando-se fundamental garantir que as mesmas não se extingam: Arméria-das-berlengas, Herbinária-das-berlengas, Pulicária-das-berlengas).

Em termos de lazer, as atividades de mergulho são uma das melhores formas de explorar o arquipélago e toda a sua biodiversidade que habita no fundo do mar (assim como os vários navios naufragados ao redor da ilha, o que proporciona um cenário inesquecível). Além disso, pode praticar ainda, vela, caiaque, paddling .

Relativamente aos locais para visitar tem o notável Forte São João Baptista das Berlengas, que foi nos anos 50 totalmente recuperado e transformado em pousada e o Farol Duque de Bragança, que já demonstra o respeito pelos

recursos naturais – qualquer matéria com valor económico que pode ser obtida diretamente a partir da Natureza – sendo utilizada a energia renovável – solar, através dos painéis – para o seu funcionamento.

Para conhecer de perto todas estas espécies e saber mais sobre os programas realizados pelos biólogos, e o próprio ecossistema, podemos atravessar os trilhos equipados com mesas interpretativas (com informações sobre arqueologia, história, etc.) e com tótems direcionais, de forma a percorrermos o caminho com maior facilidade. Além disso, existe também o Centro de Visitantes (espaço amplo construído no Bairro dos Pescadores) que permite a visita e permanência de várias pessoas.

Sendo por isso, a Reserva Natural das Berlengas um espaço tão importante e rico para a natureza, cabe-nos a todos protegê-lo, venha fazer a sua parte!

COM LUPA: LÁ FORA

Montenegro – Kotor



O rumo desta viagem conduz-nos até à pérola dos Balcãs da recente nação de Montenegro. A cidade histórica Kotor fundada no sopé de uma cordilheira montanhosa e com vista privilegiada para a Baía de Catarro “Boka Kotorska Bay”. A cidade histórica, morfologicamente escondida do mar Adriático foi nomeada em 1979 pela UNESCO, Património da Humanidade.

A história de Kotor destaca-se proeminentemente a cada passo que se dá pela cidade, falamos de património edificado deixado por sucessivos governos desde a sua fundação. A cidade de Kotor remonta ao período Romano entre 168 AC-476DC, todavia alguns historiadores colocam a hipótese da cidade ter sido fundada pelos Gregos no Sec. III AC. Este do-

mínio romano deixou património edificado que aos dias de hoje ainda pode ser visitado, o que impulsionou a conquista da cidade pelo império Bizantino cujo domínio se perpetuou até ao ano de 1185, tendo inclusive sido alterado o nome da cidade para Dekaderon. No período subsequente 1185-1371 a cidade costeira de Kotor integra o denominado Estado Medieval Sérvio, que renomeiam a cidade para o seu nome original transformando-a numa cidade portuária. A história revela que esta cidade foi governada até aos dias de hoje sob influência de diversos povos, nomeadamente, Húngaros, integrou a denominada República Veneziana durante 400 anos, seguindo-se o controlo da cidade pelos impérios Austríaco, Russo e Francês. Sob domínio Austríaco até 1918 a



independência durou até aos anos 40, com a ocupação Nazi. Com o fim da ocupação germânica toda a área passou a integrar a ex-Jugoslávia, e consequente República da Sérvia e Montenegro até à proclamação da independência em junho de 2006. Toda esta mescla de culturas e sucessivos domínios, preconizaram alterações histórico culturais visíveis aos dias de hoje.

A chegada a Kotor efetuada por barco através do mar Adriático é algo idílico, verdadeiramente retirado de um filme; uma pequena entrada no continente, serpenteando a cordilheira montanhosa e atingimos a Baía de Kotor. Um lago extenso com tonalidades incríveis, as montanhas em redor de repletas de água que escorre naturalmente para o lago. Ao

fundo vislumbro a cidade de Kotor, onde ao longe se destaca a imponente muralha medieval e o porto com centenas de embarcações.

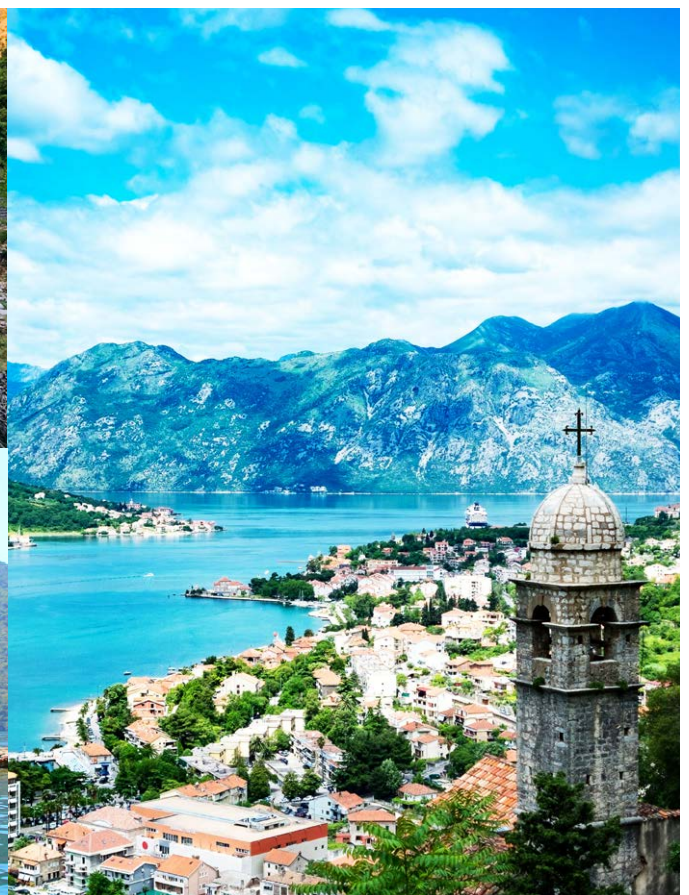
A cidade possui ao longo da extensa muralha, três portões de entrada devidamente ornamentados com inscrições na rocha. As ruas são estreitas e repletas de turistas, mas não em exagero, Kotor ainda é um destino relativamente desconhecido e cuja oferta turística dificilmente compete com a da vizinha Croácia. A máxima que “todos os caminhos nos levam a Roma” poderá literalmente ser aplicada, visto que qualquer das entradas nos faz deambular em direção à praça principal, designada praça, «Sv Tripuna». Na praça Sy Tripuna podemos observar o edifício mais famoso de Kotor a

Catedral de Sveti Tripun construída no século XII dedicada ao protetor da cidade. Os sucessivos terremotos que afetam regularmente a zona, resultaram em reconstruções que podem ser observadas nas casas habitacionais e no repleto património museológico. Aliás num destes terremotos foram descobertos vestígios da igreja original datada do século IX que deu origem à atual catedral. O estilo da construção da catedral preconiza claramente uma forte influência romana. As torres assimétricas são claramente o resultado de reconstruções. A Catedral de Kotor é conhecida como uma das mais antigas em território Europeu e no seu interior destaca as pinturas do século XIV, esculturas em pedra, um altar devidamente esculpido em pedra mármore “uma clara influência Veneziana” e as relíquias do Santo Tripun, nomeadamente uma cruz e a sua mão em prata.

De regresso às ruas seguimos para norte pelas ruas apertadas e repletas de flores, ao fundo da rua vislumbramos uma praça «Piazza Greca» onde se destacam duas igrejas. A Igreja de St. Nicholas, considerada a igreja ortodoxa mais importante de Kotor, de construção do início do século XX, ostenta no seu interior tesouros e pinturas dignas de uma visita. A Igreja de St. Luke apresenta traços mais familiares, visto incorporar técnicas de construção Romanas e Bizan-

tinas, de acordo residentes foi o único edifício que após o grande terremoto de 1979 não sofre danos. A igreja de Sveti Luka apresenta uma característica única, nomeadamente os dois altares em pisos diferentes usados por Católicos e Bizantinos.

Durante a visita a Kotor, é imperativo a visita ao Forte de St Jonh «Sveti Ivan», situado na montanha acima da cidade, sendo que o acesso é efetuado através de escadas que serpenteiam a montanha. Ao longo do trajeto recomendo que conciliem as pausas, observem a paisagem e fotografem a cidade Medieval. É deslumbrante a vista sobre a baía! A fortaleza em si atualmente em ruínas servia essencialmente como posto de observação para a cidade medieval, para os mais aventureiros uma subida em período noturno permite fotografar a geometria da cidade de Kotor com as suas muralhas iluminadas e o reflexo da lua ao longo da baía. Recomendo que o resto dia em Kotor seja passado no interior da cidade visitando, o comércio, almoçando numa esplanada e aproveitando o que de melhor esta nação dos Balcãs tem para nos oferecer: descanso ao sabor da culinária mediterrânea. Obviamente que a escolha deverá ser para o peixe, rodeado de ingredientes conhecidos em terras lusas. As especialidades montenegrinas consistem





essencialmente numa sopa de truta como entrada acompanhada de “njoke” uma espécie de pasta com tomate e manjeriço.

A noroeste da cidade de Kotor, sensivelmente 15km é possível visitar a antiga cidade de Perast. Conhecida como uma cidade essencialmente piscatória, a sua importância advém da proximidade com as ilhas de São Jorge «Sveti Dord» e Nossa Senhora das Rochas «Gospa od Skrpjela». No alto da cidade conseguimos vislumbrar algumas ruínas, que de acordo com os locais, serviria como fortificação protegendo a entrada da Baía. Esta cidade sempre se pautou como primeira linha de defesa de Kotor. Economicamente independente existem relatos que serviu durante muitos anos como porto de construção para antiga República de Veneza. Cidade à beira lago plantada, repleta de barcos de pescadores, hotéis e restaurantes. No centro de Perast observamos a igreja St Nichola construída ao estilo veneziano, uma verdadeira obra de arte nos dias de hoje, cuja visita é sem dúvida aconselhável.

A joia da coroa consiste na ilha da Nossa Senhora das Rochas, em que o acesso é efetuado por barco que saem regularmente do porto de Perast, e a sua visita dura cerca de 2 horas. De acordo com as lendas, esta ilha foi construída pelo homem - em homenagem após um naufrágio na baía - graças aos marinheiros, que sempre que visitavam o local, depositavam uma pedra e essa tradição ainda perdura até hoje. Na ilha sobressai a construção da Igreja da Nossa Senhora das Rochas, que ainda saúda com sinos os barcos que entram e saem da baía. Na ilha aproveite para visitar a igreja e observe as vistas para a cidade de Perast e a 360 graus a baía de Kotor e a abertura para o mar Adriático. A visita a Perast é sem dúvida algo inesquecível, os hotéis nas imediações aproveitaram a disposição junto à baía e oferecem esplanadas e piscinas sobre o lago que são uma autêntica perdição para o olhar.

Visite Kotor a cidade Medieval das mil e uma invasões, pérola esquecida banhada pelo Adriático.



João Costa

Doutorando em Sistemas Sustentáveis de Energia



| SABORES LUSOS EM ESTADO LÍQUIDO

A tartaruga e a lebre no mundo dos vinhos

O dicionário ensina que o cansaço é o mesmo que a fadiga, esfalfamento, fraqueza ou, em sentido figurado, enfastiamento. Mas não é preciso ir ao dicionário para sentir no dia-a-dia os autómatos em que nos transformamos, sem rasgo, sem emoção, em modo de apatia quase permanente. Vivemos uma época de cansaço crónico, de esgotamento físico e mental. E de astenia cultural. Não deixa de ser pedagógico, por isso, perceber o que

despoletou as grandes transformações sociais. A História é cíclica, claro. E as fases de grande tormenta, ou depressão, seguiram-se a fases de crescimento, de evolução, num ciclo contínuo que tem empurrado a humanidade para um notável crescimento e domínio da envolvente. A estratégia foi indubitavelmente o denominador comum do crescimento. Mas a operacionalização, a colocação no terreno, pesou sempre de

forma decisiva. Átila foi bem sucedido porque as suas tropas se deslocavam mais rapidamente do que o inimigo conseguia esconder-se ou fugir. A cavalaria, com arco e flecha, atacava de surpresa e na Europa os hunos foram um pesadelo difícil de suportar. A velocidade do ataque fez a diferença também na II Grande Guerra, com a possibilidade de transportar armamento pesado em velocidade, através de tanques e aviação. E os exemplos

sucedem-se sem parar. O sucesso precisou sempre de estratégia e de pessoas capazes de a operacionalizar.

A metáfora serve perfeitamente ao mundo dos vinhos, onde vemos regiões vitivinícolas a crescer a velocidades distintas.

A região dos Vinhos Verdes tem sido apontada como exemplo na forma como tem sido desenvolvida. A revolução começou há uns anos, com a articulação de agulhas entre a CVRVV – que regula a região – e os diferentes estilos de produtores. Com grandes players, capazes de arrastar o mercado; com pequenos produtores, capazes de instigar os pequenos nichos; e com uma estratégia de promoção bastante eficaz, a região diminuiu os stocks que tinha em excesso e enfrenta um desafio novo: aumentar o preço médio e ver reconhecido um posicionamento premium, mais coerente com o estilo dos produtores-âncora que dominam a comunicação e a prescrição de vinhos verdes.

O Douro e o Porto são também uma região reinventada nas últimas décadas. O lastro histórico do Porto assegurou sempre o posicionamento alto (excepção talvez em França, onde o vinho do Porto é ainda usado sobretudo para cozinhar). Mas a quebra de vendas dos vinhos fortificados gerou um trilha novo, associado aos vinhos tranquilos do Douro, que dominam a conquista de mercado e dos mais importantes prémios internacionais. As dificuldades inerentes a uma região que depende do Estado (numa fase em que os restantes organismos reguladores são entidades privadas de interesse público, com autonomia) não ajudam a desenvolver um trabalho mais estratégico e coerente. E o investimento dos produtores em selos de certificação vendidos é muitas vezes cativado, impedindo o seu

uso previsto, na promoção. Mas inúmeros produtores – a começar pelas grandes casas – têm uma gestão profissional e muito competente, capaz de alavancar o Douro. Com o inestimável auxílio dos vinhos, claro, cuja qualidade tem sido quase sempre irrepreensível.

A região da Madeira tem vindo a desenvolver igualmente um trabalho meritório, muito por fruto da qualidade humana e da entrega das pessoas que trabalham os seus vinhos, mas também com o contributo singular das empresas históricas que actuam no sector. São vinhos de nicho, mas o seu perfil sensorial rico e a durabilidade sem fim emprestam um reconhecimento crescente junto dos *opinion makers*.

Pese embora o reconhecimento mediático de alguns casos de sucesso, a maioria das regiões vitivinícolas portuguesas tem avançado de forma lenta, em modo de revolução silenciosa. O prestimoso auxílio do turismo contribuiu para o dinamismo interno. Mas o trabalho com os críticos de vinho e os agentes mais relevantes dos mercados internacionais têm contribuído muito para um crescimento (lento, mas) sólido dos nossos vinhos. Ainda assim, continuamos a ocupar a 11ª posição entre os maiores produtores mundiais. E precisamos ainda de uma estratégia mais coerente e sobretudo mais rápida, para assegurar que os nossos vinhos deixam em definitivo de ser confundidos com os espanhóis, afirmam uma categoria própria, de “vinhos de Portugal”, e abandonam as prateleiras do fundo nos supermercados e nas garrafeiras internacionais. Seja imitando a lebre ou a tartaruga das Fábulas de Ésope, certo é que a meta está bem à vista e todos estamos a caminhar para lá chegar.



Pedro Guerreiro
Gestor



| SABORES LUSOS EM ESTADO SÓLIDO

Prato de Assinatura

Um “prato de assinatura” traduz sempre, algo que nos identifica, que leva as pessoas e cozinheiros iniciantes a procurar os nossos sabores. Criam expectativas, e sabem que não se vão desiludir. Da mesma forma que existem gostos para todos, também há pratos de assinatura para cada chef. Assim, cada chef tem um leque de pratos com o qual se iden-

tifica e que o torna seu, melhorando sempre alguns aspetos a cada temporada.

Quando existem pratos no menu dos quais gosto particularmente, sobre os quais recai admiração geral, e sobre os mesmos, as opiniões são unânimes relativamente à qualidade, sabores e texturas, tornando-se desse modo fácil decidir que



esse prato é, sem sombra de dúvida, um dos pratos de assinatura do restaurante. No meu caso, tenho alguns pratos, dos quais me sinto especialmente seguro e confiante, e que me representam como *chef* e cozinheiro com um estilo próprio. Possuo um especial gosto por polvo, codorniz e bacalhau à brás. O polvo grelhado é acompanhado com salada de lentilhas e maionese de chouriço, ficando com um sabor a fumado da grelha, mas mantendo a frescura e acidez das lentilhas. A cremosidade da mayonnaise torna este prato especial. A codorniz sempre disse, que é minha “top secret”. Tenho

uma especial admiração por este produto, porque bem tratado e confeccionado é um dos melhores que podemos saborear. A codorniz está sempre presente nos meus menus, mudando-lhe as guarnições de época para época.

Ao bacalhau trato-o de uma forma mais inovadora, ainda que mantenha os sabores tradicionais. Tenho um gosto especial em tê-lo de momento no menu do Essência Restaurant, sendo, sem dúvida, um dos pratos preferidos, a par do polvo.

No geral, gosto de apresentar diferentes combinações de sabores e texturas, combinadas com a frescura e irreverência.



Tiago Sabarigo
Chef Essência Restaurant/ Budapest



PROMOVINVEST

Promover o investimento
cá dentro e lá fora

promovinvest.com

FALAR PORTUGUÊS

Qual é a origem da palavra «avós»?

Pergunto a origem da palavra assim, no plural, por uma simples razão: em português, temos três plurais da palavra. Como chegámos a este curioso (e útil) excesso?

«Avó» tem o plural feminino «as avós». «Avô» tem o plural masculino «os avôs». Além destes dois plurais, a palavra tem uma espécie de plural neutro, que é o mais comum (e faz uso dos artigos masculinos): «os avós», que se refere às avós e aos avôs. Este último plural serve também de sinónimo de «antepassados», como vemos nos famosos «egregios avós» do nosso hino.

O que se passou com os avós? Afinal, não acontece o mesmo com as outras palavras do português, que têm dois plurais: o feminino e o masculino.

Olhemos para a história da palavra...

A palavra «avô» tem origem numa palavra do latim vulgar, que não está registada, mas foi reconstruída: «*aviolus», um diminutivo da palavra «avus» (os romanos escreveriam esta palavra como «AVVS» e lê-la-iam como /awus/ — o nosso som /v/ não existia no latim e a letra <V> representava tanto o som /u/ como o som /w/).

O tal «aviolus» transformou-se em «avoo», como consequência da tendência dos falantes da nossa língua para deixarem cair o som /l/ entre vogais. Aqueles dois «oo» tornaram-se então num «ô». Ora, como acontece em muitas palavras com um «o» que se fechou no singular, o plural manteve um «o» aberto: «avós». Também acontece o mesmo em «ovo»/«ovos» — e tantas, tantas outras palavras. Este plural masculino, numa língua como o português que

não tem um género neutro, acabou por servir de plural genérico ao longo da história.

Já «avó» teve origem na palavra reconstruída «*avoila», também um diminutivo, que se transformou em «avoa» e, depois, na nossa «avó». O plural é mais óbvio: «avós».

Por caminhos diferentes, o plural de «avó» ficou igual ao plural de «avô»: a distinção de género faz-se apenas no artigo. Como os dois plurais ficaram iguais, numa forma mais próxima do singular feminino do que do singular masculino, abriu-se espaço para que surgisse a forma plural «avôs», para designar apenas os avós do sexo masculino.

A língua ganhou assim, excepcionalmente, uma palavra com três plurais: «os avós», «as avós» e «os avôs». Ninguém planeou este estado de coisas. As palavras fazem o seu percurso pelos séculos fora sem pedir autorização a ninguém. Às vezes, há quem se lembre de inventar uma ou outra palavra e limar uma ou outra aresta. Mas a língua é o resultado de milhares de pequenas histórias como esta, que reconstruímos o melhor que podemos, mas que não são planeadas.

Para terminar, sublinho: tanto «avô» como «avó» provêm (tudo indica) de diminutivos — ou seja, do «avozinho» e da «avozinha» do latim lá de casa... As formas carinhosas tornaram-se nas únicas formas usadas pelos falantes, até precisarem de novos diminutivos, também eles carinhosos. Espero que me permita, neste espírito, deixar aqui um beijinho à minha avó Leonor e ao meu avô Manuel, a quem fica dedicada esta crónica.



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

| **LEGAL**

Planeamento sucessório

Uma questão de vida

info@abreuadvogados.com

<https://abreuadvogados.com>

– “Sou português, vivo em Itália e estou preocupado com a lei que se vai aplicar à minha sucessão quando eu vier a falecer.”

– “Resido em Portugal há vários anos, e tenho dupla nacionalidade, Brasileira e Inglesa. Posso escolher alguma das leis da minha nacionalidade ou da minha residência para regular a minha sucessão? Se eu nada fizer, quem é que vão ser os meus herdeiros? As consequências da aplicação de uma ou outra destas leis são muito diferentes?”

Estas e muitas outras questões similares são hoje objeto de discussão enérgica no seio de grupo de amigos e de familiares, trazidas pela globalização dos cidadãos.

O Direito das Sucessões está intrinsecamente ligado aos conceitos e princípios vigentes no Direito da Família. Este tem condicionado as opções legislativas que, ao longo dos tempos, vão sendo feitas nas soluções adotadas na partilha de uma herança. Um exemplo paradigmático desta influência é a existência em Portugal, à semelhança do que sucede na generalidade dos restantes países de tradição romanística, da chamada “legítima”.

A “legítima” corresponde à quota indisponível de uma herança, isto é, à parte relativamente à qual o autor da sucessão (pessoa que virá a falecer e cuja herança será partilhada) não pode livremente dispor, ficando, antes, vinculado ao determinado por lei.

Ou seja, perante a sobrevivência de determinados herdeiros (os “legitimários”, que, em princípio não podem ser afastados da sucessão pela vontade do testador), a liberdade de testar fica restringida a uma percentagem da herança, variável entre 1/3 e 1/2 da mesma, dependendo da situação concreta (da qualidade e número de herdeiros legitimários existentes). O remanescente, que, frequentemente corresponde à maior parte da mesma (2/3), é partilhada a favor dos herdeiros legitimários, ainda que contra a vontade do autor da sucessão (salvo em casos muito excecionais de declaração nos termos da lei de deserção ou indignidade sucessória do herdeiro legitimário em causa).

Assim, mesmo que o autor da sucessão não tenha quaisquer relações, por exemplo, com um dos seus filhos há mais de 30 anos, o qual voluntariamente se afastou, este filho será seu herdeiro legitimário.

A existência da “legítima” é “justificada” pela proteção da família. No entanto, e também por a definição de família ser mutável ao longo dos tempos, hoje são já muitos os que discutem se semelhante limitação será razoável.

Durante muito tempo, nas sociedades europeias, para além do parentesco, da afinidade e da adoção, o casamento era a única restante fonte das relações jurídicas familiares. Todavia, ao cônjuge, em Portugal, por exemplo, não era concedido o estatuto de herdeiro legitimário. Tal foi alterado com a Reforma do Código Civil de 1977, passando o cônjuge a integrar a primeira e a segunda classe de sucessíveis, ao lado, respetivamente, dos descendentes (filhos, netos) ou dos ascendentes (pais, avós), independentemente do regime patrimonial de bens do casamento (separação de bens, comunhão de adquiridos, comunhão geral de bens).

Esta decisão legislativa assentou essencialmente na ideia de proteção do cônjuge, por um lado, enquanto participante no aumento e conservação do património do casal, e, por outro, na manutenção do estilo de vida, em preterição dos laços de sangue do falecido com outros familiares.

Em 2018, o legislador português fez uma nova opção, passando a permitir, para os novos casamentos, o afastamento recíproco do cônjuge como herdeiro legitimário do outro cônjuge, através da outorga de convenção antenupcial com escolha do regime da separação de bens e desta especificação. Mesmo que os cônjuges exerçam esta faculdade, podem fazer doações entre eles ou outorgar testamento a favor um do outro, atribuindo-se até à parte da herança que corresponderia à legítima respetiva se não tivesse havido renúncia, acrescida da quota disponível. A preocupação subjacente foi, novamente, a tutela dos filhos, essencialmente perante segundos e posteriores casamentos, face às numerosas formas de família de hoje em dia.

O panorama de direito sucessório comparado nos vários países é muito díspar, coexistindo regimes em que não há herdeiros legitimários (ex., Inglaterra), com regimes em que há herdeiros legitimários, sem qualquer possibilidade de renúncia prévia a essa posição, e ainda com regimes onde a renúncia é possível, como é o caso da ordem jurídica alemã, na qual todos os herdeiros (e não só o cônjuge) podem renunciar antecipadamente à herança.

Também quanto aos conviventes de facto há forte divergência, consagrando vários países regimes próximos dos regimes matrimoniais para estas relações, não obstante outros manterem uma proteção extremamente reduzida ou mesmo inexistente, com impacto na posição sucessória. As ordens jurídicas portuguesa e brasileira materializam paradigmas desta destrínça de tratamento, conferindo a ordem brasileira o estatuto de herdeiro legal ao convivente, ao contrário do que sucede em Portugal.

Uma vez que a residência das pessoas é dinâmica, estas diferenças, especialmente entre países com forte migração de pessoas entre eles, tem consequências muito profundas nos direitos patrimoniais dos cidadãos.

Perante um convivente em união de facto sobrevivente, de nacionalidade brasileira e com residência habitual em Portugal, que não outorgou testamento, a aplicação da lei portuguesa ou da lei brasileira leva a resultados frontalmente divergentes quanto à partilha da herança do convivente. Face a este caso, e de acordo com o Regulamento (UE) n.º 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, em vigor na nossa ordem jurídica, a lei aplicável será a Portuguesa, uma vez que o fator de conexão é, por regra, o da residência habitual do falecido no momento do óbito, salvo se este tiver escolhido a sua lei da nacionalidade através de testamento ou se houver uma comprovada ligação mais estreita com outro país.

Assim, esta regra leva à aplicação do regime sucessório português a um número crescente de cidadãos não nacionais, re-

sidentes em Portugal, independentemente da(s) lei(s) da(s) sua(s) nacionalidade(s) ou do país onde se encontrem os seus herdeiros ou outros beneficiários.

Contudo, o Brasil não adota o Regulamento supra identificado, aplicando antes o critério da nacionalidade da pessoa falecida para determinar qual a lei aplicável à sucessão. Logo, em caso de divergência entre os herdeiros, o convivente de fato sobrevivente terá interesse em prosseguir com uma ação de inventário no Brasil, uma vez que será reconhecido como herdeiro legal e, portanto, ser-lhe-á adjudicada uma parte ou mesmo a totalidade da herança, dependendo da “qualidade” dos restantes herdeiros legais; por sua vez, os herdeiros legais face à lei portuguesa tentarão prosseguir com uma ação de inventário em Portugal, para afastarem da sucessão o convivente.

E se o convivente falecido tiver outorgado testamento a favor do convivente sobrevivente, deixando também sobreviventes dois filhos, e tendo-se mudado para Inglaterra algum tempo antes da sua morte?

Se as autoridades competentes portuguesas entenderem que a residência habitual do convivente falecido era em Inglaterra, então a lei inglesa será a aplicável, a qual, diversamente da dos países de tradição romanística, acredita na total liberdade do testador, pelo que o convivente sobrevivente terá direito a herdar 100% desta herança; já se a residência do falecido se tiver mantido em Portugal, então o convivente sobrevivente somente terá direito à quota disponível, que representa no caso 1/3 da herança, no máximo, uma vez que poderão até ter sido feitas doações em vida imputáveis à mesma, que, consequentemente, a reduziriam.

Portanto, é essencial, para a segurança jurídica dos cidadãos e seus beneficiários que tenham ligações a mais do que um Estado, que o planeamento sucessório seja atempada e detalhadamente levado a cabo, de forma a dirimir dúvidas e a obter os resultados mais próximos possíveis do pretendido pelo autor da sucessão.



Marta Costa
Abreu Advogados

CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO

Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.



Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

DIREITO FISCAL

A tributação das mais-valias na venda de imóveis por não residentes

contact@rfflawyers.com

<http://rffassociados.pt>

Atualmente, a mais-valia realizada pelos contribuintes pessoas singulares com a venda de imóveis em Portugal é tributada na categoria G (mais-valias) do IRS. Em regra, os residentes fiscais em Portugal são tributados sobre metade (50%) dessa mais-valia às taxas progressivas aplicáveis, até 48% mais 5%. Já os não residentes são tributados sobre a totalidade (100%) da mais-valia, à taxa fixa de 28%, podendo os que residam na União Europeia (“UE”) ou no Espaço Económico Europeu (“EEE”) optar pelas taxas progressivas.

Esta opção foi introduzida em 2008, no seguimento de uma decisão do Tribunal de Justiça da UE, onde se decidiu que o regime era menos favorável e discriminatório para não residentes, violando o princípio europeu da livre circulação de capitais. Contudo, os residentes continuam a ser tributados apenas sobre 50% da mais-valia, mas os não residentes sobre 100%.



A jurisprudência (nacional e europeia) tem vindo a considerar várias destas liquidações de IRS a não residentes ilegais, com base no argumento de que esta situação continua, assim, a ser discriminatória e contrária ao direito da UE, tanto que deverão aplicar-se aos residentes e aos não residentes as mesmas regras.

Recentemente, o Supremo Tribunal Administrativo (“STA”) proferiu um acórdão (de uniformização) nos termos do qual considerou que tal norma constitui efetivamente uma restrição à livre circulação de

capitais, incompatível com o Tratado de Funcionamento da UE. O STA considerou que a alteração de 2008 não evitou esta discriminação, tanto por a opção pelas taxas progressivas ser acessível apenas a residentes da UE e do EEE – e não, também, de países terceiros –, como por não poderem aqueles optar pela tributação em, apenas, 50% da mais-valia.

Em março de 2021 o TJUE deliberou no mesmo sentido. Reafirmou que as normas do Tratado se devem interpretar no sentido de não permitirem regimes que discriminem negativamente residentes de outros Estados-membros, sujeitando-os a uma carga fiscal superior à aplicável a um residente no mesmo tipo de operação.

Em suma, a jurisprudência mais recente vem confirmar a existência de uma situação discriminatória injustificada, sendo, agora, exigível uma ação do legislador no sentido de alterar a lei em vigor.



Rogério M. Fernandes Ferreira
Rogério Fernandes Ferreira & Associados

| FISCAL

Internacionalização

Nos últimos anos, Portugal tem realizado grandes esforços para internacionalizar a sua economia, mas o esforço está enviesado, como diria se calhar um dos editores da Revista, Marco Neves. A palavra internacionalização não se resume apenas às letras que a compõem, mas remete também para uma série de dimensões da realidade que poderá ser bem mais complexa do que cada um de nós pode imaginar.

Verificamos que normalmente se entende internacionalização da economia portuguesa como um ato de importação de serviços e bens. Portanto este ato de comércio é feito entre um agente que está no estrangeiro e outro que opera a partir de Portugal. Esta visão simplista da realidade não permite trabalhar as políticas de internacionalização em todas as dimensões.

Internacionalizar uma economia, é também trazer quem está no estrangeiro a operar em Portugal e a partir de Portugal, permitindo a entrada de

novos capitais, ideias, tecnologia, recursos humanos e técnicas inovadoras para dentro de Portugal.

Estas duas dimensões são importantes porque se potenciam uma à outra e podem criar um círculo virtuoso para a economia.

Nem sempre é fácil medir a internacionalização interna de economia, porque esta dimensão é menosprezada, acaba por não existir uma metodologia correcta para a avaliar.

Tomemos como exemplo um lusodescendente pertencente à comunidade portuguesa em França. Ora quando este lusodescendente vem a Portugal, tanto para consumir como para produzir serviços e produtos, se usar os seus meios de pagamento franceses, o sistema nacional encara-o como um cidadão francês que consumiu serviços num restaurante, num hotel, numa qualquer loja, no entanto, se este mesmo lusodescendente usar os seus meios de pagamento portugueses nos mesmos

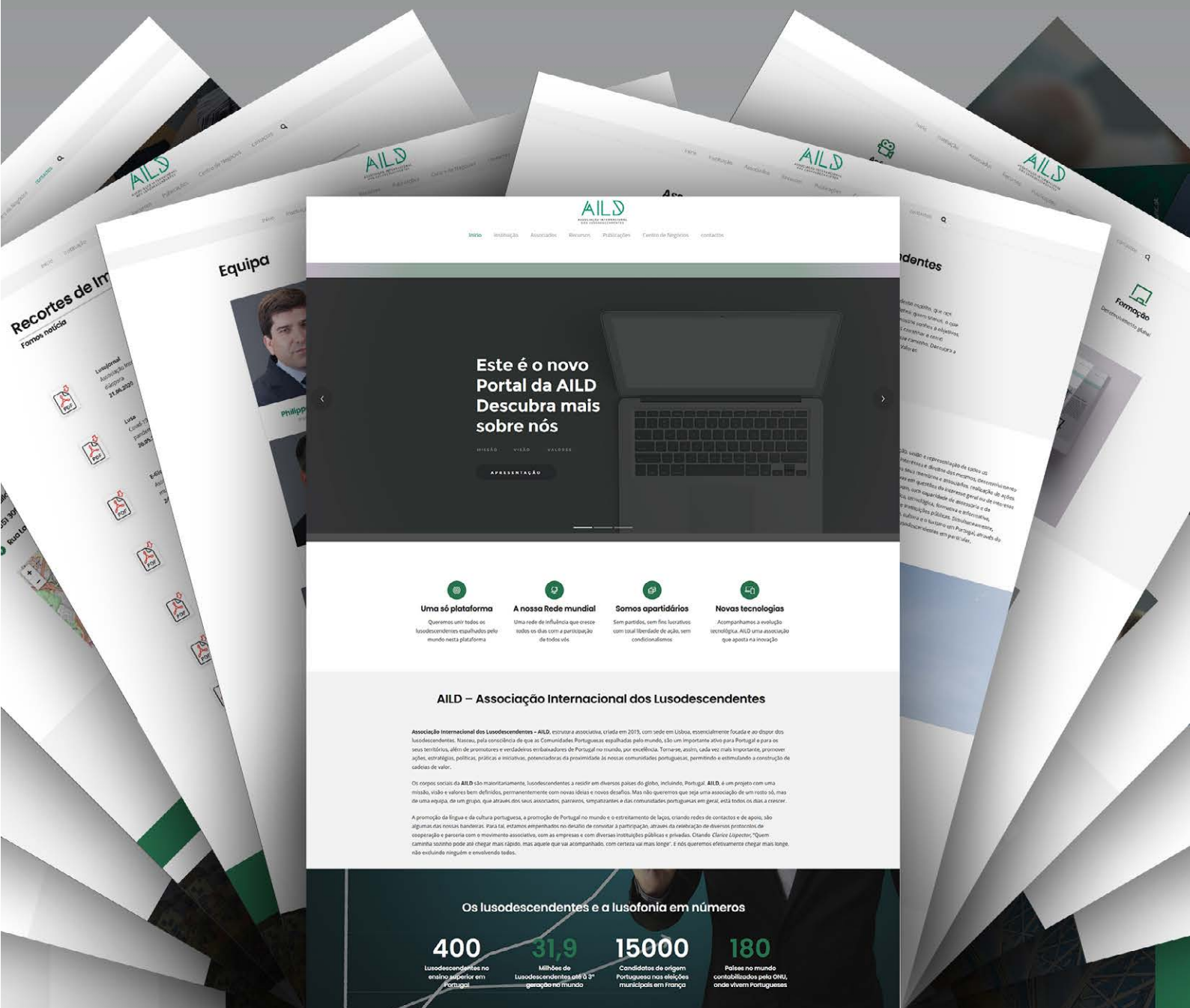
locais, o sistema nacional encara que o consumo destes serviços se deveu à presença de um cidadão nacional, que é verdade, mas não traduz a real dimensão do contributo dos lusodescendentes e dos emigrantes para a internacionalização da economia portuguesa.

Os lusodescendentes e os emigrantes são sem dúvida os melhores agentes para dinamizar e internacionalizar a economia portuguesa, não só no território português como também fora dele, pois conhecem as duas realidades e conseguem aproveitar o melhor que há em Portugal, assim como podem trazer o melhor que há nos seus países de acolhimento, contribuindo, mais positivamente do que ninguém, para levar e trazer valor acrescentado à economia portuguesa.

Não hesite em contactar um contabilista certificado caso pretenda obter dados da internacionalização desconhecida, dinamizada pelos Lusodescendentes e emigrantes em Portugal.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



A plataforma que une
todos os lusodescendentes
AILD.PT

Ei![®]
Assessoria
Migratória

WWW.EIMIGRANTE.PT

VIVA OS SEUS SONHOS VIVA EM PORTUGAL

+351 217 960 436

GERAL@EIMIGRANTE.PT

@EIMIGRANTE



AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO